

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90003/2024 – CPL/CIGÁS

A **CIGÁS - COMPANHIA DE GÁS DO AMAZONAS**, por meio de seu Pregoeiro, designado pela Diretoria da CIGÁS, conforme Portaria nº 11, de 01 de dezembro de 2023, torna público para conhecimento dos interessados que realizará licitação, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO, MODO DE DISPUTA ABERTO**, do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL**, cujo objeto está definido abaixo, o qual observará os preceitos de direito público e, em especial, os termos da **Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Decreto Federal nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, Lei Estadual (AM) nº 4.730, de 27 de dezembro de 2018 e o Regulamento Interno de Licitação e Contratos – RILC da Cigás** e pelas demais normas específicas aplicáveis ao objeto, ainda que não citadas expressamente, bem como pelas condições estabelecidas neste **Edital** e seus **Anexos**.

1. DO OBJETO:

1.1. O presente Pregão Eletrônico tem por objeto a contratação de empresa especializada para a prestação de serviço de telefonia móvel, no sistema pós-pago, contemplando o fornecimento de aparelhos em formato de comodato, conforme condições e especificações técnicas constantes neste **Edital** e seus **Anexos**.

1.1.1. A descrição do objeto da futura contratação, especificações técnicas e instruções a respeito do fornecimento do objeto ofertado estão previstas no **Termo de Referência, Anexo II** deste **Edital**.

1.1.2. O julgamento e a adjudicação do objeto desta licitação serão pelo critério de julgamento de tipo **MENOR PREÇO GLOBAL**, observadas as exigências contidas neste **Edital** e seus **Anexos** quanto às especificações do objeto.

2. DA PREVISÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS:

2.1. Os recursos para contratação do objeto deste **Edital**, serão custeados pela Companhia de Gás do Amazonas - CIGÁS, conforme previsto no **Item 10 (ORIGEM DOS RECURSOS)** do **Termo de Referência, Anexo II** deste **Edital**.

2.2. O valor estimado para esta Licitação é sigiloso, na forma do art. 34 da Lei nº 13.303/2016.

3. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO:

3.1. O **Edital** e seus **Anexos** estarão disponíveis às empresas interessadas no endereço eletrônico www.gov.br/compras, bem como, no endereço eletrônico da CIGÁS www.cigas-am.com.br.

3.2. Poderão participar deste Pregão as empresas que:

3.2.1. Cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação e estejam HABILITADAS PARCIALMENTE (habilitação parcial válida) no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, nos termos da Instrução Normativa - MARE nº 05, de 21 de julho de 1995 e suas alterações, situação esta que será verificada mediante consulta "on line" junto aquele Sistema, na hora da licitação (**Decreto nº 3.722, de 09 de janeiro de 2001**), com redação dada pelo **Decreto nº 4.485/2002**, ou apresente a documentação na forma do art. 67, 68 e 69 da Lei nº 14.133/2021;

3.3. Não será admitida a participação de proponentes nas seguintes condições:

3.3.1. Empresas declaradas inidôneas para licitar ou impedidas de contratar com a Administração Pública, Direta ou Indireta, Federal, Estadual ou Municipal, nos termos estabelecidos no **art. 38 da Lei nº 13.303/2016**, na **Lei nº 14.133/2021**, no **Decreto Federal nº 10.024/2019** e pelo **Regulamento Interno de Licitação e Contratos – RILC da Cigás**.

3.3.2. Empresas que possuam, em sua Diretoria ou quadro técnico, funcionário(s) vinculado(s) à CIGÁS, participando desta licitação;

3.3.3. Empresas que possuam representantes legais, prepostos ou procuradores comuns participando simultaneamente com mais de uma proposta;

3.3.4. Empresas que combinarem entre si, visando frustrar a competitividade do processo ou pertencentes ao mesmo grupo econômico;

3.3.5. Empresas que possuam representantes participando com mais de uma proposta.

3.3.6. Empresas inadimplentes com obrigações assumidas junto à CIGÁS;

3.3.7. Empresa estrangeira que não funcione no País;

3.3.8. Consórcio, qualquer que seja a sua forma de constituição;

3.3.9. Empresa cujo objeto social não seja pertinente e compatível com o objeto deste Pregão;

3.3.10. Direta ou indiretamente os impedido pelo RILC/CIGÁS;

3.10.1. Para fins do disposto no **item 3.3.10**, considera-se participação indireta a existência de vínculos de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista entre o autor do projeto básico, pessoa física ou jurídica, e o licitante ou responsável pelos serviços, fornecimentos e obras, incluindo-se os fornecimentos de bens e serviços a estes necessários.

3.3.11. Empresas que não apresentem condições jurídicas, fiscais, econômica-financeiras ou técnicas, exigidas na presente licitação; e

3.3.12. Empresas que estejam sob falência (ou recuperação judicial ou extrajudicial), concurso de credores, dissolução e liquidação, atentando para o disposto na Lei nº 11.101/05.

3.3.12.1. Excepcionalmente, será admitida a participação de empresas em recuperação judicial que comprovem o acolhimento judicial de seu plano de recuperação, na forma do **art. 58º da Lei 11.101, de 2005**, ou estejam amparadas em certidão emitida pela instância judicial competente afirmando que a interessada está apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório (**Acórdão TCU 1201/2020 - Plenário**), devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação. Nestes casos, os atos, contratos e documentos firmados terão acrescidos, após o nome empresarial, a expressão "em Recuperação Judicial", conforme art. 69º do referido diploma legal.

3.4. Como condição para participação no Pregão a licitante deverá assinalar “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

3.4.1. Declaração de ME/EPP

3.4.1.1. Que cumpre os requisitos estabelecidos no **art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006**, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.

3.4.1.2. Nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame.

3.4.2. Declaração de Ciência do Edital

3.4.2.1. Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e Anexos, bem como que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no Edital.

3.4.3. Declaração de Inexistência de Fato Superveniente Impeditivo de sua Habilitação

3.4.3.1. Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

3.4.4. Declaração de Não Utilização de Trabalho Degradante ou Forçado

3.4.4.1. Que não possui em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, nos termos do inciso III e IV do art.1º e no inciso III do art.5º da Constituição Federal.

3.4.5. Declaração de Menor

3.4.5.1. Que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição.

3.4.6. Declaração de Elaboração Independente de Proposta

3.4.6.1. Que a proposta foi elaborada de forma independente, sob as penas da lei, em especial o **art. 299** do Código Penal Brasileiro.

3.4.7. Declaração de Acessibilidade

3.4.7.1. Que está ciente do cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da previdência social e que, se aplicado ao número de funcionários da minha empresa, atendo às regras de acessibilidade previstas na legislação.

3.4.8. Declaração de Cota de Aprendizagem

3.4.8.1. Que cumpre a cota de aprendizagem nos termos estabelecidos no art. 429 da CLT.

3.4.9. As declarações mencionadas acima serão visualizadas pelo Pregoeiro, quando serão impressas e anexadas aos autos do processo, não havendo necessidade de envio por meio de e-mail ou outra forma.

3.4.10. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e à proposta sujeitará a licitante às sanções previstas neste **Edital**.

4. DO CREDENCIAMENTO:

4.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

4.2. Os licitantes deverão utilizar o a chave de acesso e senha para acesso ao Sistema.

4.3. As empresas não cadastradas no SICAF e que tiverem interesse em participar do presente

Pregão, poderão ainda providenciar o seu cadastramento e sua habilitação junto ao Portal de Compras do Governo Federal.

4.3.1. O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio www.gov.br/compras, por meio de a chave de acesso e senha conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP - Brasil.

4.4. O credenciamento da licitante dependerá de registro cadastral atualizado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, que também será requisito obrigatório para fins de habilitação no presente certame, observado o disposto no **Item 3 - DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO** deste **Edital**, no que couber.

4.5. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

4.6. A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso.

4.7. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

4.8. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e **mantê-los atualizados** junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, a correção ou a alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

4.8.1. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:

5.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente, por meio do sistema, **concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital**, a proposta inicial com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

5.2. Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação desde que constem do **SICAF**, podendo ser impresso pelo próprio Comitê Permanente de Licitação.

5.3. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do **art. 43, § 1º da LC nº 123/2006**.

5.4. Para registrar no sistema a informação quanto ao enquadramento, as microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP) deverão declarar, em campo próprio do Sistema, no ato do cadastro da proposta, que atendem aos requisitos do **artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006**.

5.4.1. A apresentação de documento referente à Declaração citada no **Item 5.4** não será considerada, quando da informação negativa no sistema acerca do enquadramento como ME/EPP.

5.5. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA DE PREÇOS:

6.1. Após a divulgação do **Edital** no portal www.gov.br/compras, os licitantes deverão incluir/cadastrar sua proposta, **até a data e hora marcadas para a abertura da sessão**, exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico – www.gov.br/compras – quando, então, encerrar-se-á, automaticamente, a fase de recebimento de propostas.

6.2. O cadastro da proposta inicial e documentos de habilitação exigidos neste **Edital**, ocorrerá por meio de chave eletrônica e senha.

6.3. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.3.1. Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do **Termo de Referência**, indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso;

6.4. **Havendo incompatibilidade entre as especificações do objeto contidas no Sistema SIASG e as deste Edital e seus Anexos, prevalecerão as constantes nestes últimos.**

6.5. Além da formulação e envio da Proposta de Preços padrão do sistema, a licitante deverá preencher, conforme modelo constante do **Anexo III da Proposta de Preços**, onde deverão

constar as seguintes condições:

6.5.1. Valor Unitário, Valor Mensal e Valor Bianual (24 meses) para o objeto licitado, de acordo com os preços praticados no mercado, expressos em moeda corrente nacional (R\$), considerando as especificações e modelo do **Anexo III** do presente **Edital**;

6.6. As propostas deverão ser apresentadas de forma clara e objetiva, em conformidade com o instrumento convocatório, devendo conter todos os elementos que influenciam no valor final da contratação, detalhando, quando necessário:

6.6.1. O valor unitário e o valor total, para cada item, conforme o disposto no instrumento convocatório.

6.7. A licitante deverá consignar, na forma expressa no sistema eletrônico, **o valor global da proposta**, já considerados e inclusos todos os tributos, tarifas e demais despesas decorrentes da execução do objeto.

6.7.1. A forma de apresentação da proposta encontra-se disposta no Anexo III – Modelo da Proposta de Preços disposto neste Edital, devendo a licitante atentar para as observações constantes deste Anexo.

6.8. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

6.9. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante.

6.10. O prazo de validade da proposta não será inferior a **90 (noventa) dias**, a contar da data de sua apresentação, quando da convocação pelo Pregoeiro.

6.10.1. Quando na proposta de preços não constar o prazo de validade ou consignar termo inferior ao estabelecido no **item acima**, prevalecerá o prazo constante neste **Edital**.

6.11. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

6.12. Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências do presente **Edital** e seus **Anexos**, sejam omissas ou apresentem irregularidades insanáveis.

6.13. A licitante ofertará, no mínimo, 100% (cem por cento) das quantidades estabelecidas em cada item previsto no campo “itens do **Anexo de Edital**” constante no sistema.

6.14. É de exclusiva responsabilidade do licitante analisar e conferir todas suas documentações inseridas no sistema, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.15. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema.

6.16. Uma vez cadastrada a proposta, o licitante estará declarando que está ciente e que concorda com as condições contidas neste **Edital** e seus **Anexos**, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos neste instrumento convocatório.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES:

7.1. A Sessão Pública deste Pregão Eletrônico será aberta automaticamente pelo sistema do Portal de Compras do Governo Federal, no endereço eletrônico, data e horário abaixo discriminados:

Endereço Eletrônico: www.gov.br/compras

UASG: 926187 – COMPANHIA DE GÁS DO AMAZONAS – CIGÁS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90003/2024

Data da sessão pública: 29/01/2024

Horário: 09h30 (horário de Brasília) e 08h30 (horário de Manaus)

7.2. Para as indicações de horário, constantes neste Edital, no aviso e durante a sessão pública será considerado o horário de **Manaus (AM)**.

7.3. Não havendo expediente na data marcada para a abertura da Sessão, ficará a sessão automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local estabelecido, salvo comunicação do Pregoeiro em sentido.

7.4. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão (**art. 19, Inciso IV, do Decreto nº 10.024/2019**).

7.5. Os interessados em participar do certame poderão entrar em contato com o Comitê

Permanente de Licitação – CPL/CIGÁS, por meio do telefone (92) 3303-3201 ou pelo e-mail cpl@cigas-am.com.br, a fim de receber orientações ou dirimir qualquer dúvida referente ao **Edital** e seus **Anexos**.

7.6. A verificação da conformidade da proposta será feita exclusivamente na fase de julgamento, em relação à proposta melhor classificada.

7.7. Em conformidade com as condições estabelecidas no **item 3.** deste **Edital**, terá início à sessão pública do **Pregão Eletrônico nº 90003/2024**, com a divulgação das propostas de preços recebidas e início da etapa de lances.

7.7.1. Considerando que, para fins do Sistema Eletrônico, as propostas registradas tornar-se-ão os primeiros lances das licitantes, caso seja identificada alguma desconformidade com o instrumento convocatório, o Pregoeiro analisará, caso a caso, a fim de verificar a ocorrência de erros e, caso existam, se são de natureza sanável.

7.7.2. Na hipótese de erro sanável durante a fase de lances, o Pregoeiro cientificará, via *chat*, todas as licitantes logadas, sobre o problema detectado, fazendo referência ao valor registrado, já que o Sistema Eletrônico não possibilita a identificação do licitante, de forma que todas as participantes não se deixem influenciar pelo erro e possam registrar seus lances considerando, unicamente, sua condição comercial.

7.8. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “**ABERTO**”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

7.9. O lance deverá ser ofertado considerando **MENOR PREÇO GLOBAL**.

7.10. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no **Edital**.

7.11. Durante a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.12. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.13. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$ 30,00 (trinta reais) para o item**.

7.13.1. Os valores deverão ser calculados utilizando-se **duas casas decimais**.

7.14. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.15. Durante a sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do melhor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.16. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens, chat, entre o Pregoeiro e os licitantes.

7.17. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 02 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.

7.17.1. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item acima, será de **02 (dois) minutos** e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.18. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

7.19. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

7.20. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.21. Na hipótese de o sistema eletrônico se desconectar no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública e permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos sem prejuízo dos atos realizados.

7.22. Caso a desconexão do sistema eletrônico persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, para o órgão ou a entidade promotora da licitação, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas **24 (vinte e quatro) horas** da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.23. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as

microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos **arts. 44 e 45 da LC nº 123/2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538/2015.**

7.24. As propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.25. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 05 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.26. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.27. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.28. Após a etapa de envio de lances, haverá a aplicação dos critérios de desempate conforme previsto nos **artigos 36 e 37 do Decreto nº 10.024/2019.**

7.29. Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência em relação ao produto estrangeiro, o critério de desempate será aplicado exclusivamente entre as propostas que fizerem *jus* às margens de preferência, conforme regulamento. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no **art. 55, da Lei nº 13.303/2016.**

8. DA ACEITABILIDADE DO VALOR OFERTADO:

8.1. Encerrada a etapa de lance, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste **Edital** e em seus **Anexos**, observado o disposto no parágrafo único do **art. 7º e no § 9º do art. 26 do Decreto nº 10.024/2019.**

8.2. O Pregoeiro decidirá sobre a aceitação dos preços obtidos de acordo com o **VALOR GLOBAL DA LICITAÇÃO**.

8.3. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste **Edital**, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no **Termo de Referência, Anexo II** deste **Edital**.

8.4. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

8.5. Analisada a aceitabilidade dos preços obtidos o Pregoeiro divulgará o resultado de julgamento das propostas.

8.6. Constatado o atendimento às exigências fixadas no **Edital**, ou, quando for o caso, após a negociação e decisão pelo Pregoeiro acerca da aceitação do lance de menor valor, o Pregoeiro anunciará o licitante vencedor.

8.7. Será **desclassificada** a proposta ou o lance vencedor, que após a negociação, apresentar preço final superior ao preço de referência da **CIGÁS**, quer seja para itens adjudicados individualmente, quer para os adjudicados em grupos (**Acórdão nº 8.060/2020 -TCU - Plenário**), desconto menor do que o mínimo exigido ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

8.7.1. Será **desclassificada** a proposta, quando no regime de julgamento pelo menor valor global, apresentarem valores de item, após a negociação, superiores ao valor máximo obtido na cotação de mercado, que integra o Valor de Referência, conforme o **Acórdão n. 2.857/2013 – Plenário, do TCU**.

8.7.1.1. O Pregoeiro poderá consultar a área técnica, para exame de admissibilidade dos preços ofertados, nas hipóteses acima.

8.7.2. Considera-se inexequível a proposta que apresente preço global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

8.7.3. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preços, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, na forma **dos arts. 56 e 57 da Lei nº 13.303/2016** e do **artigo 47 do Decreto Federal nº 10.024/2019**.

8.8. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

8.9. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;

8.10. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento na forma digital complementar, quando for o caso, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 120 (cento e vinte) minutos, sob pena de não aceitação da proposta.

8.11. Se a proposta de menor lance não for aceitável, ou se o licitante não atender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente, e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao **Edital**.

8.12. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

8.13. Nesta fase, também é de suma importância que os licitantes permaneçam conectados para facilitar a negociação quando necessário, sob pena de desclassificação.

8.14. Da negociação:

8.14.1. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o lance mais vantajoso, observado o critério de julgamento e o valor estimado para a contratação.

8.14.2. A negociação será realizada por meio do sistema, via chat, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes, caso não sejam realizados lances, será verificado a conformidade entre: a proposta de menor valor e o valor de referência da CIGÁS.

8.14.3. O licitante é assegurado o prazo de 5 (cinco) minutos para aceitação da contraproposta, sob pena de desclassificação se extrapolar este limite de tempo, quando sua proposta estiver acima do estimado, podendo este prazo ser prorrogado pelo Pregoeiro e registrado em chat.

8.15. O pregoeiro poderá convocar o licitante para tratativas de diligências, por meio da funcionalidade disponível no sistema, estabelecendo no chat prazo razoável para atendimento, sob

pena de desclassificação.

8.16. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento das propostas.

8.17. O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado envie a proposta de preços assinada e digitalizada, adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, no prazo máximo de **120 (cento e vinte)** minutos, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste **Edital** e já apresentados, impreterivelmente por convocação do Pregoeiro pelo Sistema eletrônico **“Convocar Anexo”**.

8.18. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste **Edital**.

9. DA PROPOSTA DE PREÇOS E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:

9.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta melhor classificada, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

9.1.1. Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), documento extraído da Base de Dados do Sistema CNPJ da Receita Federal do Brasil discriminando o(s) Código(s) CNAE;

9.1.2. Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF;

9.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis); e

9.1.4. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade, supervisionado pelo Conselho Nacional de Justiça, constante no portal da internet (https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

9.2. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

9.3. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos licitantes será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômico-financeira e habilitação técnica.

9.3.1. É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a

apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

9.3.2. Habilitação Jurídica:

9.3.2.1. Cédula de Identidade ou qualquer outro documento equivalente (**com foto**) do(s) Sócio(s) (Administradores) da empresa;

9.3.2.2. Registro Comercial, no caso de empresa individual, contendo, em seu objeto social, a atividade compatível ao ramo, concernente ao objeto do presente certame;

9.3.2.3. Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, **juntamente** com as suas respectivas alterações posteriores (caso elas existam) e/ou a versão consolidada, devidamente registrados na Junta Comercial (sociedades comerciais) e, no caso de Sociedades por Ações, da apresentação da Ata (devidamente arquivada no órgão competente) da Assembleia Geral que elegeu seus Administradores, devendo ser apresentada comprovação da publicação, pela imprensa, da ata arquivada, além de contemplar dentre os objetivos sociais a execução de atividades da mesma natureza ou compatíveis com o objeto da licitação;

9.3.2.3.1. O objeto social incompatível com o objeto da licitação é impeditivo à contratação, a ser aferido na fase de habilitação jurídica, conforme versa o **Acórdão TCU nº 642/2014-Plenário**;

9.3.2.4. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento, expedido pelo órgão competente quando a atividade assim o exigir, juntamente com documento que identifique os seus administradores.

9.3.2.5. A Microempresa – ME ou Empresa de Pequeno Porte – EPP, poderá de forma suplementar, comprovar esta condição mediante apresentação de **CERTIDÃO SIMPLIFICADA expedida pela Junta Comercial** (Conforme Instrução Normativa nº 103, art. 8º do Departamento Nacional de Registro do Comércio, de 30/04/2007, publicada no DOU de 22/05/2007) ou **DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO**, conforme **Modelo de Declaração ME/EPP, Anexo IV do Edital**.

9.3.2.6. A Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no endereço eletrônico <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>.

9.3.3. Qualificação Técnica:

9.3.3.1. Para comprovação da qualificação técnica, as licitantes deverão **atender todas** as exigências contidas no **Item 3 (Detalhamento do Objeto), Item 6 (Qualificação Técnica) e Item 7 (Formalização da Proposta) do Termo de Referência, Anexo II, deste Edital.**

9.3.3.2. Os atestados deverão referir-se ao objeto, serviços prestados e/ou material no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

9.3.3.3. A Administração se resguarda no direito de diligenciar, caso seja necessário, junto à pessoa jurídica emitente do Atestado/Declaração de Capacidade Técnica, visando obter informações sobre o documento disponibilizado e cópias dos respectivos contratos e aditivos, produtos e/ou outros documentos comprobatórios do conteúdo declarado.

9.3.4. Qualificação Econômico-Financeira:

9.3.4.1. Certidões Negativas de Falência (conforme Lei nº 11.101/05), expedida pelo distribuidor da sede da licitante, o prazo de validade das referidas certidões será de **90 (noventa) dias**, contados da data de sua emissão, se outro prazo não for definido nas próprias certidões.

9.3.4.2. Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado último exercício social, assinado pelo contador e representante legal da empresa, Registrado na Junta Comercial, no Cartório de Registros de Pessoa Jurídica ou OAB, acompanhado do Termo de Abertura e do Termo de Encerramento do Livro Diário, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta.

9.3.4.2.1. As empresas que utilizam obrigatoriamente o **Sistema Público de Escrituração Digital (SPED)**, deverão encaminhar as demonstrações juntamente com o **recibo de entrega da ECD** emitido pelo **SPED**.

9.3.4.2.2. Não será exigida da microempresa ou da empresa de pequeno porte a apresentação de balanço patrimonial do último exercício social para o fornecimento de bens para pronta entrega ou para a locação de materiais (**Art. 3º do Decreto nº 8.538, de 2015**).

9.3.4.2.3. No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade; e

9.3.4.2.4. É admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato social/estatuto social.

9.3.4.3. Em relação à boa situação financeira, serão analisados os indicadores abaixo, devendo serem iguais ou maiores que 1, com exceção do **ILG**, que poderá ser menor que 1, desde que comprove possuir valor de patrimônio líquido igual ou superior a 10% do valor da Proposta de Preços apresentada.

Índice de Liquidez Corrente (ILC)	$\frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}} = \dots \geq 1,00$
Índice de Liquidez Geral (ILG)	$\frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Ativo Não Circulante}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}} = \dots \geq 1,00$
Solvência Geral (SG)	$\frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}} = \dots \geq 1,00$

9.3.4.4. O Balanço Patrimonial e a Demonstração de Resultado deverão **vir assinadas pelo contabilista registrado no Conselho Regional de Contabilidade – CRC**, responsável pelas peças contábeis.

9.3.5. Regularidade Fiscal e Trabalhista:

9.3.5.1. Prova de regularidade para com a **Fazenda Federal e o INSS**, através de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por ela administrados, abrangendo inclusive as contribuições sociais previstas nas **alíneas “a” a “d” do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991**, conforme Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 1.751 de 02 de outubro de 2014, **válida**.

9.3.5.2. Prova de regularidade relativa ao **Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS)**, demonstrando a situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei, **válida**.

9.3.5.3. Prova de regularidade para com a **Fazenda Estadual e Municipal** do domicílio ou sede da licitante, **válida**.

9.3.5.4. Prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a **Justiça do Trabalho**, feita mediante a apresentação de **Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT)**, conforme disposto na **Lei nº 12.440/2011** e **Resolução Administrativa nº 1.470/2011** do TST, emitida por meio do endereço eletrônico <http://www.tst.jus.br/certidao>, **válida**.

9.3.6. Disposições Gerais da Habilitação:

9.3.6.1. Os documentos apresentados para habilitação deverão estar em nome da empresa licitante e com indicação do número do CNPJ e endereço.

9.3.6.2. A fim de aplicar o princípio da isonomia entre as licitantes, após transcorrido o prazo de **120 (cento e vinte) minutos**, não serão considerados, para fins de análise, sob qualquer alegação, o envio de proposta ou de qualquer outro documento complementar ou retificador (**salvo aqueles que vierem a ser requeridos por diligência**), sendo realizado, pelo Pregoeiro, o registro da inabilitação, e a convocação da próxima licitante.

9.3.6.3. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste **Edital** e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, na funcionalidade “**Convocar Anexo**”, no prazo de **120 (cento e vinte) minutos**, sob pena de inabilitação, e a convocação do próximo licitante.

9.3.7. A **PROPOSTA DE PREÇOS** e **DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO** enviada via sistema eletrônico, **não necessitam de reconhecimento de firma**, ou seja, autenticação em cartório.

9.3.7.1. A **via original** da PROPOSTA DE PREÇOS final e DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO **deverão ser enviadas**, por meio **físico**, devendo estar assinada pelo representante legal do licitante **com reconhecimento de firma**, atentando ao disposto na **Lei nº 13.726/2018**, **SOMENTE** quando solicitada pelo **Pregoeiro**, devendo ser encaminhados ao Comitê Permanente de Licitação da Cigás, no prazo máximo de **07 (sete) dias úteis**, na sede da **CIGÁS**, localizada na Avenida Torquato Tapajós, nº 6.100, no Bairro de Flores, Manaus/AM, CEP: 69058-830, no **horário de 8h às 17h**, de segunda a sexta-feira, exceto feriados.

9.3.7.2. Caso a documentação a ser enviada, **em sua TOTALIDADE**, possuam autenticação eletrônica e/ou assinatura digital passível de validação eletrônica, será dispensável o envio via físico, conforme preconiza o item 9.3.8.1 acima.

9.3.7.3. Quando da análise da documentação de habilitação, o licitante deverá estar com as certidões negativas válidas, atentando para o disposto nos **artigos 42 e 43 da Lei nº 123/2006**.

9.3.7.3.1. O pregoeiro solicitará atualização das certidões vencidas, desde que na abertura do certame estivessem válidas, para atualização e habilitação do licitante vencedor.

9.3.7.4. Não serão aceitos "protocolos de entrega" ou "solicitação de documento" em substituição aos documentos requeridos no presente **Edital** e seus **Anexos**.

9.3.7.5. Serão inabilitadas as empresas que não atenderem ao **Item 3 (DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO)** e **Item 9 (DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO)** do presente **Edital**.

9.3.7.6. AS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE definidas, respectivamente, nos incisos I e II do art. 3º, da Lei Complementar nº 123/2006, interessadas em participar desta licitação, **DEVERÃO APRESENTAR TODA A DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA EFEITO DE COMPROVAÇÃO DE REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA, MESMO QUE ESTA APRESENTE ALGUMA RESTRIÇÃO (art. 43, Lei Complementar nº 123/2006).**

9.3.7.7. No caso de microempresas e empresas de pequeno porte, havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de **5 (cinco) dias úteis**, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que a licitante for declarada a vencedora deste certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas, com efeito de certidão negativa (**§1º art. 43, Lei Complementar nº 123/2006**).

9.3.7.8. O prazo para regularização fiscal e trabalhista será contado a partir da divulgação do resultado da fase de habilitação.

9.3.7.8.1. A prorrogação do prazo previsto poderá ser concedida, a critério da administração pública, quando requerida pela licitante, mediante apresentação de justificativa.

9.3.7.9. A não-regularização da documentação, no prazo previsto no subitem anterior, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na **Lei nº 13.303/2016**, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação (**§ 2º art. 43, Lei Complementar nº 123/2006**).

9.3.7.10. Sob pena de inabilitação, os documentos apresentados deverão estar em nome da licitante, com o número do CNPJ e o endereço respectivo, conforme segue:

9.3.7.10.1. Se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz;

9.3.7.10.2. Se a licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial; e

9.3.7.10.2.1. No caso dos subitens anteriores, serão dispensados da filial aqueles documentos que, COMPROVADAMENTE, forem emitidos SOMENTE em nome da matriz e vice-versa.

10. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA:

10.1. A proposta ajustada ao lance final do **licitante declarado vencedor** deverá ser encaminhada:

10.2. Por meio do **sistema eletrônico**, no prazo de **120 (cento e vinte) minutos**, a contar da solicitação do Pregoeiro, via chat, e deverá:

10.2.1. Ser redigida em língua portuguesa, em papel timbrado, digitada, em uma via, redigida de forma clara, especificando o objeto da licitação, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

10.3. A proposta final deverá ser autuada no processo administrativo e será considerada no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

10.4. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

10.5. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso.

10.6. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerá o menor entre eles.

10.7. Nas hipóteses previstas no **Item 10.6** será solicitado a confirmação do valor ofertado via chat e não havendo motivos que desclassifiquem a proposta, será solicitado o envio da proposta ajustada considerando o valor registrado no sistema comprasnet.

10.8. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste **Edital**, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

10.9. A proposta deverá obedecer aos termos deste **Edital** e seus **Anexos**, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

11. DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO E DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS:

11.1. Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar o **Edital** de licitação por irregularidade, devendo protocolar o pedido até o dia **24/01/2024 (art. 24 do Decreto nº 10.024/2019)**.

11.2. Os pedidos de impugnações, informações e esclarecimentos deverão ser interpostos por meio de documento em papel timbrado, com a indicação do certame, data, descrição coerente da solicitação, assinatura e carimbo do Representante Legal, podendo ser encaminhado ao endereço eletrônico **cpl@cigas-am.com.br** ou solicitados, **por escrito e protocolizado, no PROTOCOLO da CIGÁS**, ambos devendo observar o horário compreendido entre 8h30 às 17h (horário local), no endereço citado no **subitem 9.3.8.1.**, até o dia **24/01/2024 (arts. 23 e 24 do Decreto nº 10.024/2019)**, ficando a cargo dos licitantes interessados a consulta e acompanhamentos das divulgações no sistema eletrônico www.gov.br/compras.

11.3. Em face da obrigatoriedade da publicação, os retornos quanto às solicitações serão disponibilizadas no endereço eletrônico www.gov.br/compras.

11.4. Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos setores responsáveis pela elaboração da especificação do objeto do **Edital** e seus **Anexos** e pela Gerência Jurídica da Companhia, decidir sobre a impugnação.

11.5. A impugnação feita tempestivamente pela licitante não a impedirá de participar do processo licitatório, ao menos até o trânsito em julgado da decisão a ela pertinente.

11.6. Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização deste certame, nos termos e condições da lei.

11.7. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

12. DOS RECURSOS:

12.1. Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o prazo de, no **mínimo, 30 (trinta) minutos**, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões em igual prazo, que começará a contar do término do

prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses (**art. 44 do Decreto nº 10.024/2019**).

12.2. A falta de manifestação imediata e motivada do licitante quanto à intenção de recorrer, nos termos do caput, importará na decadência desse direito, ficando o Pregoeiro autorizado a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.

12.3. Uma vez admitido a intenção recursal, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de **3 (três) dias úteis** para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes intimados para, se desejarem, apresentar suas contrarrazões, também pelo sistema eletrônico, no prazo de **3 (três) dias úteis**, contado da data final do prazo do recorrente, assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses. (**art. 44, § 2º, do Decreto nº 10.024/2019**).

12.4. O Pregoeiro julgará as razões recursais de forma motivada e havendo manutenção de sua decisão, deverá submetê-la à Autoridade Superior.

12.5. O acolhimento de recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento devendo a decisão mencioná-los expressamente, cabendo a autoridade designar dia, hora e lugar para repetição dos atos, se for o caso (**art. 44, § 4º, do Decreto nº 10.024/2019**).

12.6. Os autos do processo permanecerão com vistas franqueadas aos interessados, no endereço constante neste **Edital**.

12.7. **Não serão aceitos** pelo Pregoeiro os recursos interpostos **fora do sistema eletrônico** em que se realizará a licitação (Portal de Compras do Governo Federal).

12.8. O recurso contra a decisão do Pregoeiro não terá efeito suspensivo (**art. 11, XVIII, do Decreto nº 3.555/2000**).

13. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA:

13.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

13.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que teve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

13.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar

a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do **art. 43, §1º da LC nº 123/2006**. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

13.1.3. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

13.1.4. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“*chat*”), ou e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

13.1.5. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, **sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados**.

14. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO:

14.1. A adjudicação do objeto do presente certame será viabilizada pelo Pregoeiro e efetivada, quando não houver recurso administrativo.

14.2. A homologação será efetivada pela Autoridade Competente e só poderá ser realizada depois da adjudicação do objeto à Licitante vencedora pelo Pregoeiro, ou, quando houver recurso administrativo, pela própria Autoridade Competente.

15. DA CONTRATAÇÃO OU TERMO EQUIVALENTE:

15.1. Após homologado o resultado deste Pregão, a Companhia de Gás do Amazonas - **CIGÁS**, convocará a licitante vencedora, para assinatura do instrumento contratual, sob pena de decair o direito de contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste **Edital**.

15.2. O prazo será definido no ato do envio do contrato e poderá ser prorrogado uma só vez, por igual período, quando solicitado pela parte durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado e aceito pela **CONTRATANTE**, conforme previsto no **§ 1º, do art. 75, da Lei nº 13.303/2016**.

15.3. O **CONTRATO** será firmado entre a Companhia de Gás do Amazonas (CIGÁS) e a empresa vencedora da licitação, o qual consignará os direitos e obrigações das partes e instrumento que faz parte integrante e complementar deste **Edital**, independente de transcrição.

15.4. Constam do modelo da minuta de CONTRATO que compõe o **Anexo I** deste **Edital**, as condições e a forma de pagamento, as sanções para o caso de inadimplemento e demais obrigações das partes de acordo com previsto na **Lei nº 13.303/2016**.

15.5. É facultado à Companhia de Gás do Amazonas (CIGÁS), quando o convocado não assinar o termo de contrato, não retirar ou aceitar o instrumento equivalente, no prazo e condições estabelecidos, convidar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo, nas condições propostas de cada classificado, inclusive quanto aos preços, de conformidade com o ato convocatório, ou revogar a licitação.

15.6. Decorridos **90 (noventa) dias consecutivos** da data da apresentação das propostas físicas, sem a comunicação para a contratação, ficam os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

15.7. Se, por motivo de força maior, a adjudicação não puder ocorrer dentro do período de validade da proposta vencedora, e caso persista o interesse no objeto licitado, a Administração poderá solicitar prorrogação dessa validade.

15.8. Ao assinar o instrumento contratual, a empresa adjudicatária obriga-se a fornecer o objeto ofertado a ela adjudicados, conforme especificações e condições contidas neste **Edital**, em seus **Anexos** e também na proposta apresentada, prevalecendo, no caso de divergência, as especificações e condições deste **Edital**.

15.9. Quem for convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, e não celebrar o **CONTRATO**, deixar de entregar a documentação exigida para o certame, ou apresentar falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do **CONTRATO**, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, poderá ficar impedido do direito de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciado no **SICAF**, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de até **02 (dois) anos**, sem prejuízo das multas previstas em **Edital** e no **CONTRATO** e das demais cominações legais.

15.10. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no **SICAF**.

16. A EXECUÇÃO E VIGÊNCIA DO CONTRATO:

16.1. A execução do **CONTRATO**, bem como os casos nele omissos, regular-se-ão pelas suas cláusulas contratuais, pelo disposto na **Lei nº 13.303/2016** e pelos preceitos de direito privado.

16.2. Os prazos para execução dos serviços (objeto deste Edital) e a vigência do futuro contrato estão determinadas na **Minuta de Contrato e no Termo de Referência, Anexos I e II** deste **Edital**.

17. DAS CONDIÇÕES E FORMAS DE PAGAMENTO, REAJUSTE DOS PREÇOS, ALTERAÇÃO

E RESCISÃO CONTRATUAL:

17.1. As condições e formas de pagamento, reajustes de preços, alteração e rescisão contratual estão determinadas na **Minuta de Contrato** e no **Termo de Referência, Anexos I e II** deste **Edital**.

18. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E DA CONTRATANTE:

18.1. As obrigações da Contratante e da Contratada são complementadas pelo descrito na **Minuta de Contrato** e no **Termo de Referência, Anexos I e II** deste **Edital**.

19. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

19.1. As licitantes e/ou contratadas que não cumprirem integralmente as obrigações assumidas, garantida a prévia defesa, estão sujeitas às sanções em conformidade com o **Decreto Estadual nº 21.178/2000**, e alterações, que regulamentaram a aplicação das sanções administrativas, disciplinadas nos **arts. 82 a 84, da Lei nº 13.303/2016**.

19.2. A aplicação das sanções de natureza pecuniária e restritiva de direitos pelo não cumprimento das normas previstas neste **Edital** e dos contratos dele decorrente, em face do disposto no **art. 155º da Lei nº 14.133/2021** e no **Regulamento Interno de Licitação e Contratos – RILC da Cigás** serão obedecidos no âmbito da Administração pública, direta ou indireta.

19.3. Se o adjudicatário, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não assinar, aceitar e retirar o contrato, estará sujeito às penalidades previstas no **Edital** e no **art. 155 da Lei nº 14.133/2021**. Neste caso, o Pregoeiro examinará as ofertas subsequentes, e a habilitação das licitantes, observada a ordem de classificação, até a apuração de uma que atenda ao **Edital**, sendo o respectivo, convocado para negociar redução do preço ofertado.

19.4. A recusa injustificada da adjudicatária em assinar o **CONTRATO**, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela **CONTRATANTE**, caracteriza o descumprimento total das obrigações assumidas, sujeitando-a às penalidades legalmente estabelecidas, o que não se aplica aos licitantes remanescentes de que trata o respectivo **Edital**.

19.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na **Lei nº 13.303/2016** e **Regulamento Interno de Licitação e Contratos - RILC/CIGÁS**.

19.6. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da

conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

19.7. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no **SICAF**.

20. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO:

20.1. A **GESTÃO** e **FISCALIZAÇÃO**, durante a execução do serviço, será exercida pela CIGÁS, por meio de seus representantes, de forma a fazer cumprir, rigorosamente, as obrigações assumidas, conforme disposto na **Minuta de Contrato** e no **Termo de Referência, Anexos I e II** deste **Edital**.

21. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

21.1. É facultada ao Pregoeiro ou à Autoridade Superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.

21.2. Fica assegurado à **CONTRATANTE** o direito de revogar a licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

21.3. Qualquer modificação no presente **Edital** será divulgada pela mesma forma que se divulgou o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, **exceto** quando, inquestionavelmente, a alteração **não afetar a formulação da proposta**.

21.4. As **PROPONENTES** assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a **CONTRATANTE** não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

21.5. As **PROPONENTES** são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

21.6. Após apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.

21.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste **Edital** e seus **Anexos**, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na

CONTRATANTE.

21.8. As normas que disciplinam este pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, sem comprometimento da segurança do futuro **CONTRATO**.

21.9. Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições da legislação vigente e pertinente à matéria.

21.10. Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro, de acordo com a **Lei Federal nº 14.133/2021**, subsidiada pela **Lei nº 13.303/2016** e pelo **Regulamento Interno de Licitação e Contrato da Cigás - RILC** e suas alterações, tudo em conformidade com as normas jurídicas e administrativas aplicáveis e com os princípios gerais do direito.

21.11. As dúvidas a serem dirimidas por telefone serão somente aquelas de ordem estritamente informal.

21.12. As licitantes, após a publicação oficial deste **Edital**, ficarão responsáveis pelo acompanhamento, mediante o acesso aos endereços eletrônicos mencionados no **subitem 3.1**, das eventuais republicações e/ou retificações de **Edital** respostas a questionamentos e impugnações ou quaisquer outras ocorrências que porventura possam ou não implicar em mudanças nos prazos de apresentação da proposta e da abertura da sessão pública.

21.13. É facultado à Companhia de Gás do Amazonas (CIGÁS), quando o convocado não assinar o Termo de Contrato, não retirar ou aceitar o instrumento equivalente, no prazo e condições estabelecidas, convidar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo, nas condições propostas de cada classificado, inclusive quanto aos preços, de conformidade com o ato convocatório, ou revogar a licitação.

21.14. Das assinaturas de próprio punho ou digital:

21.14.1. Os documentos assinados de próprio punho, deverão estar assinados pelo representante legal com reconhecimento de firma, atentando ao disposto na Lei nº 13.726/2018, em seguida deverão ser digitalizados em extensão “PDF”, não editáveis, e encaminhados via sistema <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

21.14.2. A assinatura digital do Representante Legal, em meio eletrônico, mediante certificado digital, será verificada por meio de análise do painel de assinaturas dos documentos assinados. As assinaturas digitais podem ser realizadas por qualquer assinador eletrônico inclusive pelo assinador Serpro, disponível gratuitamente no sítio eletrônico <https://www.serpro.gov.br/links-fixos->

[superiores/assinador-digital/assinador-serpro.](#)

21.14.3. O Pregoeiro poderá solicitar a verificação da autenticidade dos documentos cuja emissão tenha sido realizada via internet.

22. DOS ANEXOS DO EDITAL:

22.1. São **Anexos** do **Edital**, fazendo dele parte integrante independentemente da transcrição, os seguintes documentos:

22.1.1. Anexo I – Minuta do Contrato;

22.1.2. Anexo II – Termo de Referência;

22.1.3. Anexo III – Modelo da Proposta de Preços;

22.1.4. Anexo IV – Modelo de Declaração ME/EPP.

Manaus, 11 de janeiro de 2024.

Elaborado na forma do §2º, artigo 35 do Regulamento Interno de
Licitação e Contratos - CIGÁS.

Daniel Silva dos Santos
Pregoeiro
Comitê Permanente de Licitação - CPL/CIGÁS.

Aprovado na forma do §2º, artigo 35 do Regulamento Interno de
Licitação e Contratos - CIGÁS.

Renan Pereira Souza
Advogado
Gerência Jurídica/CIGÁS.

ANEXO I**MINUTA DE CONTRATO****TERMO DE CONTRATO PARA A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS**

DE _____, celebrado entre a **COMPANHIA DE GÁS DO AMAZONAS – CIGÁS** e a empresa _____, na forma abaixo:

Por este ato, nesta cidade de Manaus, Estado do Amazonas, na sede da **COMPANHIA DE GÁS DO AMAZONAS – CIGÁS**, Sociedade de Economia Mista, constituída pela Lei n. 2.325 de 08 de maio de 1995, e suas alterações, consolidada conforme publicação no Diário Oficial do Estado do Amazonas em 03 de novembro de 2004, com sede na Cidade de Manaus, estado do Amazonas, situada na Avenida Torquato Tapajós, n. 6.100, Bairro: Flores, CEP 69058-830, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) do Ministério da Fazenda sob o n. 00.624.964/0001-00, neste ato representada por sua Diretoria Executiva, pelo Diretor Presidente, Sr. _____, brasileiro, casado, _____ (profissão), portador da Carteira de Identidade nº _____ – SSP/XX e do CPF/MF sob o nº _____ e pelo seu Diretor XXXXXXXXXX, Sr. _____, brasileiro, casado, _____ (profissão), portador de cédula de identidade n. _____ SSP/XX, inscrito no CPF sob o n. _____, ambos denominados Diretoria Executiva, a seguir denominada simplesmente **CIGÁS**, e a empresa _____, com endereço na _____ – _____/_____, CEP _____, denominada simplesmente **CONTRATADA**, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda sob o n.º _____, neste ato representada por seu procurador, Sr. _____, brasileiro, solteiro, _____ (profissão), portador da Carteira de Identidade RG nº _____ SSP/XX e do CPF/MF nº _____, com base no Processo Administrativo CIGÁS n. _____, e no Despacho de Homologação, referente xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx nº XX/20XX, devidamente publicado no Diário Oficial do Estado do Amazonas no dia ____ de xxxx de 20xx, caderno de publicações diversas, página __, na presença de testemunhas adiante nominadas, é assinado o presente **TERMO PARA A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE** _____, que se regerá pelas normas da Lei nº 13.303/2016 com as alterações posteriores, pelo Regulamento Interno de Licitações e Contratos – RILC/CIGÁS e pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DA VINCULAÇÃO AO EDITAL DE LICITAÇÃO:

1.1. A contratação objeto deste instrumento é celebrada com base no resultado, homologação e adjudicação do Pregão Eletrônico nº 00X/20XX, parte integrante do presente CONTRATO, independente de transcrição.

1.2. Integram e complementam este termo de CONTRATO, no que não o contraria, o ato convocatório, a proposta da CONTRATADA e demais documentos integrantes e constitutivos da licitação de que trata o item anterior.

CLÁUSULA SEGUNDA: DO OBJETO.

2.1 - Por força do presente Contrato, a CONTRATADA obriga-se a prestar à CIGÁS serviços de xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, conforme estabelecido no Termo de Referência nº XX/20xx e demais documentos, partes integrantes do Processo Administrativo n. 0xx/20XX, cumprindo o inteiro teor da proposta constante do referido processo que passa a integrar o presente instrumento, como se nele tivesse transcrito.

CLÁUSULA TERCEIRA: DO VALOR DO CONTRATO.

3.1 - O valor do presente contrato é de R\$ XXXXXXXX (XXXXXXXXXX).

CLÁUSULA QUARTA: DO PRAZO.

4.1 O prazo de vigência do presente CONTRATO será de XX (XXXX) meses, a contar da data de assinatura do contrato, permitida a sua prorrogação, através de Termo Aditivo, em alguma das hipóteses previstas no artigo 71, da Lei nº 13.303/2016.

4.1 O prazo de execução do objeto deverá ser atendido de acordo com o previsto no Termo de Referência nº XXX/20XXX.

CLÁUSULA QUINTA: DA IRREAJUSTABILIDADE DO VALOR.

5.1 É irremediável o valor do presente CONTRATO, até que se complete o período de 12 (doze) meses.

5.2 Nos casos em que for possível o reajuste de preço, as partes decidem aplicar o índice oficial do XXXXXX referente ao período.

CLÁUSULA SEXTA: DA FORMA DE FORNECIMENTO E ENTREGA DOS MATERIAIS.

6.1 O objeto do presente contrato deverá ser entregue em Manaus, em local a ser definido pela **CIGÁS**, devendo a **CONTRATADA** observar o que segue:

6.2 Ocorrerão por conta exclusiva da **CONTRATADA** as despesas com seguros (incluindo seguros contra sinistros que venham a ocorrer durante a aquisição de materiais, fabricação, Transporte e instalação até a entrega formal à **CIGÁS**), frete, liberação aduaneira, carga e descarga necessários ao fornecimento do objeto deste termo no local de entrega.

6.3 Os materiais a serem entregues pela **CONTRATADA**, não poderão, sob nenhuma hipótese, ter sido objeto de uso, reforma e/ou recondicionamento;

6.4 A prorrogação do prazo para entrega dos materiais, somente será concedida mediante formalização de pedido, com indicação de justificativa plausível, que poderá ser aceita pela **CIGÁS**;

6.5 No ato da entrega do objeto, a **CIGÁS** procederá a conferência para verificação de possíveis danos, sem que tal procedimento acarrete a perda da garantia originalmente prevista;

6.6 À **CIGÁS** é assegurado o direito de, ao seu critério, exercer ampla, irrestrita e permanente fiscalização sobre o material entregue;

6.7 O prazo de entrega, para os casos de reposição de materiais, reprovados pela Fiscalização da **CIGÁS**, é de até 20 (vinte) dias úteis, contados da data da emissão da respectiva Nota Fiscal de devolução dos materiais rejeitados;

6.8 A **CONTRATADA** deverá agendar a entrega do material junto à Coordenação Administração - COADM da **CIGÁS**, através do telefone (92) 3303-3224/3303-5584, com antecedência mínima de 05 (cinco) dias da data a qual pretende efetivamente realizar a entrega, que deve ser realizada em dias úteis, nos horários de 08h30 às 11h e de 13:30 às 16:00 horas. Uma vez agendado, quaisquer alterações no cronograma de entrega deverão ser comunicadas à COADM, responsável pelo recebimento;

6.9 O recebimento do material far-se-á mediante a emissão de termo circunstanciado ou documento equivalente e ocorrerá:

a) Provisoriamente – para efeito de posterior verificação da conformidade, no local de origem dos materiais objeto deste CONTRATO ou nas instalações do fornecedor, caso a **CIGÁS** julgue necessário;

b) Definitivamente – após a verificação da qualidade e quantidade do material no local de entrega, com a consequente aceitação.

6.10 Os materiais que não cumprirem e não respeitarem as condições estabelecidas nos anexos deste CONTRATO, serão recusados pela **CIGÁS** e colocados à disposição da **CONTRATADA**, pelo período de 10 (dez) dias para retirada, para a pertinente reparação ou substituição;

6.11 Caso a **CONTRATADA** não providencie a retirada do objeto no prazo estabelecido, a CIGÁS poderá, a seu exclusivo critério, recolhê-los em depósito de terceiros, correndo todas as despesas e riscos relativos, principalmente, mas sem se limitar, à transferência e ao armazenamento, por conta da **CONTRATADA**.

6.12 A aceitação dos materiais pela **CIGÁS** em nada restringe a responsabilidade única, integral e exclusiva da **CONTRATADA** no que concerne ao objeto contratado, obrigando-se esta a garantir a qualidade e perfeita execução dos mesmos.

CLÁUSULA SÉTIMA: DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS.

7.1 Os serviços ora contratados serão prestados sob o regime de XXXXXXXX.

7.2 A execução dos serviços contratados deverá observar o especificado no Termo de Referência nº XXXX/20XXXX e Proposta de Preço vencedora, anexos a este instrumento.

DESCRIÇÃO DE ATIVIDADES

CLÁUSULA OITAVA: DA FISCALIZAÇÃO NO FORNECIMENTO DO OBJETO CONTRATADO.

8.1 A **CONTRATADA** é a única e exclusiva responsável pela execução do presente CONTRATO. Logo, a **CONTRATANTE** reserva-se o direito de exercer a mais ampla e completa **FISCALIZAÇÃO**, de forma direta ou por intermédio de empregados aqui designados, especificamente para este fim, garantindo o cumprimento de seus procedimentos para sua satisfação.

8.2 A **CONTRATADA** declara aceitar integralmente todos os métodos e processos de inspeção, verificação e controle a serem adotados pela CIGÁS, inclusive disponibilizando para o corpo administrativo todas as informações que se fizerem necessárias para o fiel cumprimento do presente instrumento.

8.3 A existência e atuação da fiscalização da CIGÁS em nada restringem a responsabilidade única, integral e exclusiva da CONTRATADA, no que concerne ao objeto deste termo e às consequências e implicações, próximas ou remotas.

8.4 À fiscalização fica assegurado o direito de exigir o cumprimento de todos os itens constantes do Termo de Referência nº XXX/20XX, da proposta da empresa e das cláusulas do CONTRATO.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

9.1 São obrigações da CONTRATADA, sem prejuízo das demais obrigações e responsabilidades insertas neste CONTRATO além daquelas constantes do Termo de Referência nº XXX/20XX, conforme itens abaixo:

1. Fornecer o objeto do presente CONTRATO rigorosamente de acordo com as especificações técnicas constantes neste documento e em seus anexos e na proposta comercial vencedora do respectivo processo de contratação, obedecendo aos critérios e padrões de qualidade predeterminados e exigidos pela CONTRATANTE.

2. Iniciar a execução do serviço do objeto contratado, a contar da data de assinatura do contrato, respeitando os prazos determinados e informando, em tempo hábil, qualquer motivo impeditivo ou que a impossibilite de cumprir o estabelecido;

3. Manter, durante a vigência do contrato, as condições de habilitação para contratar com a Administração Pública, apresentando sempre que exigido os comprovantes de regularidade fiscal;

4. Ação ou omissão, total ou parcial, da fiscalização da CIGÁS, não eximirá a contratada de total responsabilidade quanto à execução do objeto deste contrato;

5. Manter, durante a vigência deste instrumento, todas as condições apresentadas na proposta;

6. Pagar todos os tributos, contribuições fiscais e parafiscais que incidam ou venham a incidir, direta e indiretamente, sobre o objeto do presente CONTRATO, bem como eventual custo de frete relativo a(s) respectiva(s) entrega(s).

7. Atender prontamente quaisquer exigências da CONTRATANTE inerentes ao objeto do presente CONTRATO.

8. Responsabilizar-se diretamente pela execução do objeto deste CONTRATO e, consequentemente, responder, civil e criminalmente, por todos os danos e prejuízos que, na sua execução, venha, direta ou indiretamente, a provocar ou causar para a CONTRATANTE ou para terceiros.

9. Providenciar às suas expensas, a contratação dos seguros necessários ao cumprimento do presente CONTRATO e da legislação em vigor, destinados à cobertura de seus bens, seu

pessoal e da responsabilidade civil por danos que venham a ser causados a terceiros e/ou à CONTRATANTE.

10. Manter a CONTRATANTE livre e a salvo de toda e qualquer reclamação de indenização por perdas e danos e/ou prejuízos de qualquer natureza, que tenha sofrido ou causado a terceiros em decorrência do presente CONTRATO, respondendo inclusive civil e criminalmente, independentemente de haver ou não contratados seguros adequados e suficientes para tais circunstâncias.

11. Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar à CONTRATANTE ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita.

12. Preservar e manter a CONTRATANTE a salvo de quaisquer reivindicações, demandas, queixas e representações de qualquer natureza, decorrentes de sua ação ou de seus fornecedores.

13. Cumprir as determinações contidas no presente CONTRATO e em todos os seus anexos, responsabilizando-se pelos efeitos decorrentes da inobservância e/ou infração do presente instrumento, bem como das leis, regulamentos ou posturas em vigor.

14. Prestar corretamente toda e qualquer informação solicitada pela CONTRATANTE, quanto ao objeto fornecido;

15. Cumprir rigorosamente os prazos estabelecidos neste CONTRATO, sujeitando-se às penas e multas estabelecidas, além das aplicações daquelas previstas no artigo 83 da Lei Federal nº 13.303/2016.

16. Manter e fornecer, sempre que solicitado, durante a execução do CONTRATO, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições para sua habilitação e qualificação exigidas na formalização do mesmo, conforme prevê o inciso IX, do artigo 69, da Lei Federal nº 13.303/2016.

17. Responsabilizar-se pelas infrações que cometer quanto ao direito de uso de materiais, equipamentos protegidos por marcas ou patentes, respondendo neste caso, civil e criminalmente, por quaisquer indenizações, taxas ou comissões que forem devidas, bem como por quaisquer reclamações resultantes do mau uso que deles fizer.

18. Comunicar imediatamente à CONTRATANTE, por escrito, quaisquer erros, omissões, incorreções ou discrepâncias porventura encontradas pela CONTRATADA no presente CONTRATO ou em seus anexos, a fim de que sejam corrigidos.

19. Realizar o pagamento de todos os tributos que, direta ou indiretamente, incidam sobre o objeto contratado, inclusive emolumentos e seguros, ficando excluída qualquer solidariedade da CONTRATANTE por eventuais autuações administrativas e/ou judiciais, uma vez que a inadimplência da CONTRATADA não se transfere à CONTRATANTE.

20. Observar o Código de Ética e de Conduta da CIGÁS, disponibilizado no endereço eletrônico: <https://www.cigas-am.com.br/normas-internas>.

21. Solicitar autorização da CONTRATANTE para a veiculação de publicidade acerca deste contrato;

22. Não obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou eventuais prorrogações no presente contrato, sem autorização em lei, no edital ou por meio de aditivo, tampouco a não manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato celebrados, conforme art. 5º da Lei nº 12.846, de 01/08/2013.

23. A **CONTRATADA** se obriga, **quando for o caso**, nos termos do artigo 9º da Lei estadual nº 4.730, de 27/12/2018, a apresentar, no momento da contratação, declaração informando a existência de Programa de Integridade, conforme parâmetros estabelecidos pelo art. 4º da citada lei, sem prejuízo das demais obrigações de conformidade previstas nesta cláusula, desde que o valor contratado atenda ao disposto no art. 1º da citada Lei Estadual.

23.1 A **CONTRATADA**, deverá implantar Programa de Integridade, o qual deve ser estruturado, aplicado e atualizado de acordo com as características e riscos atuais das atividades, em atendimento aos termos e condições da Lei Estadual (AM) nº 4.730, DE 27.12.2018.

23.2 A implantação do Programa de Integridade, dar-se-á no prazo de 180 (cento e oitenta) dias corridos, a partir da data de celebração do contrato, nos termos da Lei nº 4730, de 27.12.2018.

24. A **CONTRATADA** responsabilizar-se-á pelos danos que sejam causados à CIGÁS ou a terceiros, em razão de suas atividades na execução do presente contrato, seja por ação ou por omissão, sem prejuízo das cominações de multa contratual avençadas em cláusulas próprias.

25. Fornecer os equipamentos necessários aos seus empregados, bem como toda mão-de-obra em número e qualificação compatível com a perfeita execução dos serviços, sendo de sua inteira e exclusiva responsabilidade o cumprimento das obrigações e exigências decorrentes da legislação trabalhista, previdenciária, fiscal e de seguros, não existindo, de modo algum, entre seus empregados e a CONTRATANTE, vínculo empregatício ou de qualquer natureza, assumindo plena e exclusiva responsabilidade pelos Contratos de Trabalho celebrados com seus empregados, inclusive nos eventuais inadimplementos que venham a ocorrer, eximindo a CONTRATANTE de qualquer responsabilidade solidária e/ou subsidiária pelos mesmos, a qualquer tempo, ressarcindo à CONTRATANTE qualquer valor pago ou exigido judicialmente a este título.

26. Iniciar o fornecimento do serviço, após a emissão da Ordem de Fornecimento, respeitando os prazos determinados e informando, em tempo hábil, qualquer motivo impeditivo ou que a impossibilite de cumprir o estabelecido;

27. Pagar todos os tributos e contribuições fiscais que incidam ou venham a incidir, direta e indiretamente, sobre os materiais, bem como eventual custo de frete relativo a(s) respectiva(s) entrega(s);

28. Responsabilizar-se pelo transporte, descarregamento, incluindo tempo de inspeção, e seguro de materiais, devendo os mesmos ser entregues à **CIGÁS** em perfeitas condições de uso;
29. Responsabilizar-se por todas as despesas com reposições dos materiais fornecidos, visitas técnicas, transporte, descarga e manutenção corretiva;
30. Substituir, sem custos adicionais, qualquer outro produto com defeito, dentro do prazo previsto neste Termo;
31. Reparar e/ou repor, sem custos adicionais, qualquer material defeituoso, dentro do prazo de 20 (vinte) dias úteis;
32. As indenizações por perdas e danos decorrentes do fornecimento do objeto do presente termo de contrato serão limitadas a 5 (cinco) vezes o valor global do contrato a ser firmado, devidamente atualizado, salvo nos casos de culpa ou dolo comprovados e de violação às normas legais;
33. Prestar corretamente toda e qualquer informação solicitada pela **CIGÁS**, quanto aos produtos fornecidos;
34. Fornecer todos os materiais com requisitos mínimos de qualidade, utilidade, resistência e/ou segurança recomendados pelas normas aplicáveis.

9.2 São obrigações da CONTRATANTE, sem prejuízo das demais disposições inseridas neste CONTRATO além daquelas constantes do Termo de Referência:

1. Efetuar os pagamentos devidos à CONTRATADA, nas condições e preços pactuados no presente CONTRATO e em seus anexos;
2. Nomear representante, para acompanhar, fiscalizar, certificar-se da conformidade do objeto a ser executado pela CONTRATADA, nos aspectos qualitativo e quantitativo, anotando em registro próprio as irregularidades detectadas e comunicando à CONTRATADA as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas;
3. Notificar a CONTRATADA, fixando-lhe o prazo para corrigir erros, defeitos ou irregularidades encontradas na execução do objeto deste CONTRATO.
4. Notificar, por escrito, à CONTRATADA, a ocorrência de eventuais imperfeições na execução do objeto contratado, fixando prazo para a sua correção a aplicação de eventuais multas contratuais.
5. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
6. Acompanhar e fiscalizar a perfeita execução do CONTRATO por intermédio de empregados próprios designados para este fim e,

7. Comunicar à CONTRATADA toda e qualquer anormalidade constatada no fornecimento do objeto contratado.

8. Emitir e encaminhar à **CONTRATADA** a Ordem de Serviço correspondente.

9. Verificar se os materiais fornecidos pela **CONTRATADA**, estão em conformidade com as especificações contratadas, rejeitando, no todo ou em parte, os materiais entregues fora das especificações deste Contrato e seus anexos.

CLÁUSULA DÉCIMA: RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA.

10.1 A CONTRATADA é única, integral e exclusiva responsável (garantidos o direito à ampla defesa e ao contraditório), em qualquer caso por todos os danos e prejuízos, de qualquer natureza, causados diretamente e indiretamente à CIGÁS ou a terceiros, provenientes de culpa ou dolo em decorrência da execução do serviço objeto deste contrato, e quaisquer que tenham sido as medidas preventivas adotadas, respondendo por si e seus sucessores, não excluídos ou reduzidos essa responsabilidade e fiscalização ou o acompanhamento pela CIGÁS.

10.2 A CONTRATADA é também responsável por todos os encargos e obrigações concernentes à legislação social, trabalhista, tributária, fiscal, comercial, securitária, previdenciária que resultem ou venham a resultar da execução deste contrato, bem como todos os gastos e encargos com material e mão-de-obra necessários à completa realização do objeto deste contrato.

10.3 A inadimplência da CONTRATADA, com referência aos encargos decorrentes das legislações mencionadas no parágrafo primeiro, não transfere à CIGÁS a responsabilidade de seu pagamento.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA- DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO.

11.1 O gerenciamento e a fiscalização do presente instrumento e sua execução, ficará a cargo da Sr.(a). **XXXXXXXXXXXX**, CPF: **XXXXXXX**, matrícula nº **XXXX** lotado(a) **XXXXXXXXXX**, ou a seu substituto eventual, a quem deverá ser dirigida toda comunicação pela CONTRATADA, relacionada com o objeto deste contrato.

11.2 Durante a vigência deste contrato, o CONTRATADO deve manter preposto, aceito pela Administração do CONTRATANTE, para representá-lo sempre que for necessário.

11.3 A atestação de conformidade do fornecimento do objeto cabe ao titular do setor responsável pela fiscalização do contrato ou a outro servidor designado para esse fim.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO.

12.1 Poderão ocorrer alterações contratuais, por acordo entre as partes, de acordo com o disposto no Artigo 81 da Lei Federal nº 13.303/2016, em sua atual redação.

12.2 A CONTRATADA poderá aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários nos quantitativos ajustados no presente CONTRATO, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do mesmo, em conformidade com o Artigo 81, § 1º, da Lei Federal nº 13.303/2016.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA- DA FORMA DE PAGAMENTO.

13.1 O pagamento à CONTRATADA será realizado conforme apresentação da Nota Fiscal, acordo com o relatório de recebimento na sede da CIGÁS, segundo legislação vigente, no prazo de até 30 (trinta) dias, após a sua aprovação pelas áreas competentes, ficando condicionado a apresentação dos documentos de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos mencionados no Termo de Referência.

13.2 O valor constante da Fatura discriminativa, quando da sua apresentação, não sofrerá qualquer atualização monetária até o efetivo pagamento.

13.3 Constatado erro ou irregularidade na Fatura, a CIGÁS irá devolvê-la, para que a CONTRATADA adote as medidas necessárias para correção, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do referido documento.

13.4 Na hipótese de devolução, a Fatura será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

13.5 A CIGÁS não pagará, sem que tenha autorizado prévia e formalmente, nenhum compromisso que lhe venha a ser cobrado diretamente por terceiros, relacionados com o objeto do presente contrato.

13.6 Os eventuais encargos financeiros, processuais e outros, decorrentes da inobservância, pela CONTRATADA, de prazo de pagamento, serão de sua exclusiva responsabilidade.

13.7 O pagamento das notas fiscais/faturas ficará condicionado à apresentação, por parte da CONTRATADA à CIGÁS, dos documentos de regularidade fiscal a seguir: Certidão Negativa de Débitos do INSS, FGTS, Fazendas Federal, Estadual e Municipal e Justiça do Trabalho, válidas;

13.8 Os créditos financeiros da CONTRATADA, decorrentes dos materiais devidamente entregues, não poderão ser objeto de garantia perante terceiros nem de cessão, sem a prévia e expressa concordância por escrito da CIGÁS.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.

14.1 Os recursos para pagar o objeto deste contrato, serão custeados pela CIGÁS, conforme previsto e especificado no Termo de Referência.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DA GARANTIA CONTRATUAL.

15.1 A CONTRATADA deverá prestar garantia contratual, equivalente a 5% (cinco por cento) do valor global do Contrato, com base no que dispõe o Art. 70, da Lei nº 13.303/2016, garantia esta que poderá ser acionada, a critério da CIGÁS, no todo ou em parte, no correspondente ao não cumprimento das obrigações do Contrato, administrativa ou judicialmente.

15.2 Na ocorrência de hipótese de prorrogação de prazo, formalmente admitida pela CIGÁS, deverá a CONTRATADA apresentar nova garantia, de forma a abranger o período de prorrogação, passível de retenção pela CIGÁS de créditos que couberem à CONTRATADA, enquanto não for efetivada tal garantia ou o valor a ela correspondente.

15.3 Ocorrendo aumento no valor do Contrato decorrente do acréscimo de objeto, a CONTRATADA, por ocasião da assinatura de Termo Aditivo, deverá proceder ao reforço da garantia inicial, no mesmo percentual de 5% (cinco por cento).

15.4 O valor da garantia depositada, em conformidade com o disposto nesta Cláusula, será liberado 30 (trinta) dias após a assinatura do Termo de Encerramento Definitivo deste Contrato, salvo a hipótese de rescisão por culpa da CONTRATADA.

15.5 Havendo rescisão do Contrato ou interrupção na execução do objeto, não será devolvido o valor da garantia, a menos que a rescisão decorra de culpa da CIGÁS, nos termos da lei.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: DAS PENALIDADES.

16.1 Em caso de inexecução total ou parcial, execução imperfeita ou qualquer inadimplemento ou infração contratual à CONTRATADA, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal ficará sujeito às sanções previstas no artigo 82, da Lei nº 13.303/16 e suas alterações posteriores.

16.2 As penas acima referidas serão impostas pela autoridade competente, assegurado à CONTRATADA o direito da ampla defesa e do contraditório.

16.3 Pela inexecução total ou parcial do CONTRATO, a CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao CONTRATADO as sanções descritas abaixo, conforme estabelecido no Artigo 83 da Lei Federal nº 13.303/2016:

a) ADVERTÊNCIA, por escrito, sempre que ocorrerem pequenas irregularidades, para as quais haja concorrido;

b) MULTA, na forma persista neste instrumento contratual; e

c) SUSPENSÃO temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a CONTRATANTE, por prazo não superior a 02 (dois) anos.

16.4 As sanções previstas nas alíneas “a” e “c” do item acima poderão ser aplicadas juntamente com a alínea “b”, conforme estabelecido no §2º do Artigo 83 da Lei Federal nº 13.303/2016.

16.5 Ocorrendo a inexecução de que trata o item anterior, reserva-se à CONTRATANTE o direito de aplicar a sanção correspondente à gravidade da respectiva inexecução contratual.

16.6 A CONTRATADA poderá apresentar DEFESA PRÉVIA para contestar a aplicação das sanções administrativas impostas pela CONTRATANTE, em petição motivada, dentro do prazo improrrogável de 10 (dez) dias úteis, a partir da data do recebimento da respectiva notificação, caso em que a CONTRATANTE comunicará, em prazo hábil, a manutenção ou relevação (dispensa) da respectiva penalidade.

16.7 A aplicação das sanções administrativas impostas à CONTRATADA é de competência exclusiva da FISCALIZAÇÃO da CONTRATANTE, cabendo à Diretoria Executiva desta última a decisão final sobre a aplicação das respectivas sanções, no respectivo processo administrativo competente, caso a CONTRATADA apresente a respectiva DEFESA PRÉVIA.

16.8 - Serão aplicadas as seguintes multas:

a) 0,05% (zero vírgula zero cinco por cento) sobre o valor global do Contrato por dia de inexecução ou de atraso injustificado na e, independente de culpa ou dolo, com percentual máximo de 10% (dez por cento);

b) 5% (cinco por cento) sobre o valor global do contrato, para o caso de inexecução total ou parcial do Contrato, inclusive solução de continuidade;

c) 10% (dez por cento) sobre o valor global do contrato, no caso de rescisão por culpa da CONTRATADA.

16.9 As multas previstas nesta cláusula não têm caráter compensatório e o seu pagamento não eximirá a CONTRATADA da responsabilidade por perdas ou danos decorrentes das infrações cometidas.

16.10 As justificativas referentes a atrasos, na entrega dos materiais, deverão ser apresentadas pela CONTRATADA à CIGÁS, que decidirá sobre a aceitação delas.

16.11 A justificativa de que trata o parágrafo anterior somente poderá ser apreciada pela CIGÁS, se lhe for apresentada dentro do prazo ajustado para execução do objeto contratual.

16.12 Para os casos em que o valor contratado atenda ao disposto no art. 1º da citada Lei Estadual, quando houver descumprimento do item 9.1, subitens 23, 23.1 e 23.2 a CIGÁS aplicará à CONTRATADA multa de 0,02% (dois centésimos por cento), por dia, incidentes sobre o valor do contrato, conforme art. 6º, da Lei estadual nº 4.730, de 27/12/2018.

16.12.1 O montante correspondente à soma dos valores básicos das multas moratórias será limitado a 10% (dez por cento) do valor do contrato, conforme §1º, do art. 6º, da Lei estadual nº 4.730, de 27/12/2018.

16.12.2 O cumprimento da exigência da implantação do Programa de Integridade fará cessar a aplicação da multa, conforme §2º, do art. 6º, da Lei estadual nº 4.730, de 27/12/2018.

16.12.3 O cumprimento da exigência da implantação não implicará ressarcimento das multas aplicadas, conforme §3º, do art. 6º, da Lei estadual nº 4.730, de 27/12/2018.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉRTA: DA RESCISÃO DO CONTRATO.

17.1 O presente CONTRATO poderá ser extinto em uma das hipóteses enumeradas no artigo 107 do Regulamento Interno de Licitação e Contratos – RILC da CIGÁS, quais sejam:

- a) Pela execução do respectivo objeto;
- b) Pelo advento de termo ou condição prevista no Contrato;
- c) Por inexecução total ou parcial;
- d) Por acordo entre as partes, desde que a medida seja conveniente para a CIGÁS; e
- e) Pela via judicial.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: DO RECONHECIMENTO DOS DIREITOS DA CIGÁS.

18.1 A rescisão determinada por ato unilateral da CIGÁS acarreta as seguintes consequências, sem prejuízos das sanções pertinentes reconhecendo a CONTRATADA, desde já, os direitos da CIGÁS de:

- a) Assunção imediata do objeto deste Contrato, por ato seu;
- b) Ocupação e utilização, se for o caso, do local, das instalações, dos equipamentos, do material e do pessoal envolvidos na execução deste contrato;
- c) Retenção dos créditos decorrentes do contrato, até o limite dos prejuízos causados a CIGÁS.

18.2 A aplicação das medidas previstas nas alíneas a, b e c do item anterior desta Cláusula fica a critério da CIGÁS, que poderá dar continuidade a entrega dos materiais, por execução direta ou indireta.

CLÁUSULA DÉCIMA NOVA: CESSÃO E SUBCONTRATAÇÃO.

19.1 O presente CONTRATO não poderá ser cedido ou transferido total ou parcialmente, nem será permitida a subcontratação total ou parcial do seu objeto, salvo autorização prévia e por escrito da CIGÁS, respeitada a execução do contrato originalmente pactuado e desde que não haja prejuízo ao interesse público.

CLÁUSULA VIGÉSIMA: RECURSOS.

20.1 Contra as decisões que tiverem aplicado penalidades a CONTRATADA poderá, sempre sem efeito suspensivo:

20.2 Interpor recursos para a autoridade imediatamente superior, no prazo de 05 (cinco) dias da ciência que tiver da decisão que aplicar as penalidades de advertência e de multa;

20.3 Interpor recurso para a autoridade imediatamente superior, no prazo de 05 (cinco) dias da publicação no Diário Oficial do Estado, da decisão de suspensão do direito de licitar, impedimento de contratar ou rescindir administrativamente o contrato.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DO CASO FORTUITO E FORÇA MAIOR

21.1 As partes contratantes não responderão pelo não cumprimento das obrigações ou pelos prejuízos resultantes de caso fortuito ou força maior, na forma da lei, caso em que qualquer das partes pode pleitear a rescisão contratual.

21.2 O período de interrupção do fornecimento, decorrentes de eventos caracterizados como força maior ou caso fortuito, será acrescido ao prazo contratual.

21.3 Ocorrendo circunstâncias que justifiquem a invocação da existência de caso fortuito ou de força maior, a parte impossibilitada de cumprir a sua obrigação deverá dar conhecimento à outra, por escrito e imediatamente, da ocorrência e suas consequências.

21.4 Durante o período impeditivo definido no item 21.2 acima, as partes suportarão independentemente suas respectivas perdas.

21.5 Se a razão impeditiva ou suas causas perdurarem por mais de 60 (sessenta) dias consecutivos, qualquer uma das partes poderá notificar à outra, por escrito, para o encerramento do presente CONTRATO, sob as condições idênticas às estipuladas no item acima.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - DAS DECLARAÇÕES DAS PARTES.

22.1 – As partes declaram que:

a) Estão cientes de todas as circunstâncias e regras que norteiam o presente negócio jurídico, e detêm experiência nas atividades que lhe competem por força deste CONTRATO.

b) Exercem a sua liberdade de contratar, observados os preceitos de ordem pública e o princípio da função social do presente CONTRATO, que atende também aos princípios da economicidade, razoabilidade e oportunidade, permitindo o alcance dos respectivos objetivos societários das partes e atividades empresariais, servindo, conseqüentemente, a toda a sociedade;

c) Sempre guardarão na execução deste CONTRATO os princípios da probidade e da boa-fé, presentes também, tanto na sua negociação, quanto na sua celebração;

22.2 Este CONTRATO é firmado com a estrita observância dos princípios indicados nos itens antecedentes, não importando, em nenhuma hipótese, em abuso de direitos, a qualquer título que seja;

22.3 Em havendo nulidade de qualquer estipulação do presente CONTRATO, restarão válidas as demais disposições contratuais, não afetando assim a validade do negócio jurídico ora firmado em seus termos gerais.

22.4 A CONTRATADA declara que:

a) De forma direta ou indireta, não ofereceu, prometeu, pagou ou autorizou o pagamento em dinheiro, deu ou concordou em dar presentes ou qualquer objeto de valor e, durante a vigência do Contrato, não irá ofertar, prometer, pagar ou autorizar o pagamento em dinheiro, dar ou concordar em dar presentes ou qualquer objeto de valor a qualquer pessoa ou entidade, pública ou privada, com o objetivo de beneficiar ilicitamente a CONTRATANTE e/ou seus negócios, em atendimento às práticas preventivas relacionadas à corrupção e, especialmente, às vedações contidas no art. 5º da Lei 12.846/2013 (Lei Anticorrupção), bem como ao Decreto 8.420/2015.

b) Não possui como administrador ou sócio com poder de direção, pessoa com relação de parentesco com empregado da área responsável pela demanda, pela contratação, ou hierarquicamente superior da CONTRATANTE.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS

23.1 Os tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais) que sejam devidos em decorrência, direta ou indireta, deste CONTRATO ou de sua execução, serão de exclusiva responsabilidade do contribuinte assim definido na norma tributária, sem direito a reembolso. A CIGÁS, quando fonte retentora, deverá descontar e recolher, nos prazos da Lei, dos pagamentos que efetuar, os tributos a que esteja obrigada pela legislação vigente.

23.2 A CONTRATADA declara haver levado em conta na apresentação de sua proposta, os tributos incidentes sobre a execução dos serviços ou fornecimento objeto deste CONTRATO, não cabendo qualquer reivindicação devida a erro nessa avaliação, para o efeito de solicitar revisão de preço ou reembolso por recolhimentos determinados pela autoridade competente.

23.3 Uma vez apurado, no curso da contratação, que a **CONTRATADA** acresceu indevidamente a seus preços, valores correspondentes a tributos, contribuições fiscais e/ou parafiscais e emolumentos de qualquer natureza não incidentes sobre a execução dos serviços contratados, tais valores serão imediatamente excluídos, com a consequente redução dos preços praticados e o reembolso à **CIGÁS** dos valores porventura pagos à **CONTRATADA**.

23.4 Durante o prazo de vigência deste CONTRATO, se ocorrer qualquer dos eventos abaixo indicados, que comprovadamente venha a majorar ou diminuir os ônus das partes contratantes, os preços serão revistos, a fim de adequá-los às modificações havidas, compensando-se na primeira oportunidade, quaisquer diferenças decorrentes dessas alterações:

- a) criação de novos tributos;
- b) extinção de tributos existentes;
- c) alteração de alíquotas; e
- d) instituição de estímulos fiscais de qualquer natureza e isenção ou redução de tributos federais, estaduais e municipais.

23.5 Tratando-se, porém, de instituição de estímulos fiscais, as vantagens decorrentes caberão sempre à CIGÁS.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - DOS DOCUMENTOS COMPLEMENTARES.

24.1 São partes integrantes do presente CONTRATO o Termo de Referência nº XX/20XX e seus anexos, bem como demais documentos citados no item abaixo e o Documento de Garantia de Cumprimento das Obrigações Contratuais.

24.2 - São Anexos a este CONTRATO os seguintes:

24.2.1 Anexo I – Apresentação da Proposta vencedora do Pregão Eletrônico nº 0XX/20XX, contendo os preços unitários e o valor global de **R\$ XXXXXXXXXXX (XXXXXXXXXXXXXXXXXX)**;

24.2.2 O Termo de Referência e seus anexos e a proposta de preços da licitante contendo todas as exigências legais impostas por lei.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA – DA MATRIZ DE RISCO.

25.1 A Matriz de Riscos relacionada ao presente CONTRATO consta no Termo de Referência nº XXX/20XX.

25.2 Na hipótese de ocorrência de um dos eventos listados na Matriz de Riscos, a CONTRATADA deverá, no prazo de 01 (um) dia útil, informar a CIGÁS sobre o ocorrido, contendo as seguintes informações mínimas:

- a) Detalhamento do evento ocorrido, incluindo sua natureza, a data da ocorrência e sua duração estimada;

- b)** As medidas que estavam em vigor para mitigar o risco de materialização do evento, quando houver;
- c)** As medidas que irá tomar para fazer cessar os efeitos do evento e o prazo estimado para que esses efeitos cessem;
- d)** As obrigações contratuais que não foram cumpridas ou que não irão ser cumpridas em razão do evento; e,
- e)** Outras informações relevantes.

25.3 Após a notificação, a CIGÁS decidirá quanto ao ocorrido ou poderá solicitar esclarecimentos adicionais a CONTRATADA. Em sua decisão a CIGÁS poderá isentar temporariamente a CONTRATADA do cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo Evento.

25.4 A concessão de isenção não exclui a possibilidade de aplicação das sanções previstas na Cláusula Décima Sexta.

25.5 O reconhecimento pela CIGÁS dos eventos descritos na Matriz de Riscos que afetem o cumprimento das obrigações contratuais, com responsabilidade indicada exclusivamente a CONTRATADA, não dará ensejo a recomposição do equilíbrio econômico financeiro do CONTRATO, devendo o risco ser suportado exclusivamente pela CONTRATADA.

25.6 As obrigações contratuais afetadas por caso fortuito, fato do príncipe ou força maior deverão ser comunicadas pelas partes em até 01 (um) dia útil, contados da data da ocorrência do evento.

25.7 As partes deverão acordar a forma e o prazo para resolução do ocorrido.

25.8 As partes não serão consideradas inadimplentes em razão do descumprimento contratual decorrente de caso fortuito, fato do príncipe ou força maior.

25.9 Avaliada a gravidade do evento, as partes, mediante acordo, decidirão quanto a recomposição do equilíbrio econômico financeiro do CONTRATO, salvo se as consequências do evento sejam cobertas por Seguro, se houver.

25.10 O CONTRATO poderá ser rescindido, quando demonstrado que todas as medidas para sanar os efeitos foram tomadas e mesmo assim a manutenção do CONTRATO se tornar impossível ou inviável nas condições existentes ou é excessivamente onerosa.

25.11 As partes se comprometem a empregar todas as medidas e ações necessárias a fim de minimizar os efeitos advindos dos eventos de caso fortuito, fato do príncipe ou força maior.

25.12 Os fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do CONTRATO, não previstos na Matriz de Riscos, serão decididos mediante acordo entre as partes, no que diz respeito à recomposição do equilíbrio econômico financeiro do CONTRATO.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA – DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS

26.1 As partes se submetem às obrigações legais relativas à proteção de dados e garantia de privacidade, sobretudo àquelas dispostas na Lei Federal 13.709/2018, sem prejuízo dos demais diplomas legais.

26.2 A **CONTRATADA** reconhece ainda que é vedado:

- a) armazenar, divulgar e/ou fornecer a terceiros, dados e informações obtidas por meio deste contrato, inclusive após o término da relação contratual, mediante ajuste prévio entre si e consentimento dos titulares dos dados tratados, hipóteses essas que jamais serão presumidas ou tácitas, excetuada ainda a obrigação legal à qual estiver sujeita;
- b) reproduzir qualquer página ou tela com dados sob o controle da **CONTRATANTE** ou da cadeia de controle da qual participe, inclusive aqueles tornados públicos, aqueles constantes em seu site ou de outras fontes cujo tratamento não obedeça às hipóteses de autorização pessoal, contratual ou legal;
- c) utilizar os dados ou informações obtidas para constranger ou coagir, de qualquer maneira que seja, o titular do dado ou documento consultado ou, ainda, como justificativa para atos que violem ou ameacem interesses de terceiros;
- d) vender, repassar ou estabelecer convênio de repasse de dados ou informações com outras empresas, especialmente aquelas que prestam serviços de informações ou assemelhados.

26.3 A **CONTRATANTE**, ao enviar as informações aos bancos de dados da **CONTRATADA**, autorizada pelos titulares dos dados tratados ou amparada por hipótese legal de exceção ao consentimento pessoal, permite que sejam integrados tais dados às bases informacionais da **CONTRATADA**, podendo utilizá-las unicamente para o atingimento do objeto contratual eleito neste instrumento.

26.4 O consentimento do titular para o tratamento de dados poderá ser revogado a qualquer tempo, devendo a **CONTRATADA**, cientificada pela **CONTRATANTE**, realizar no menor tempo possível a cessação do tratamento e a eliminação dos dados, salvo hipótese excepcional.

26.5 A **CONTRATADA**, por receber dados compartilhados pela **CONTRATANTE**, assegurará a privacidade e proteção dos dados por ela tratados e/ou armazenados em banco de dados próprio.

26.6 A solicitação de que trata o parágrafo primeiro desta cláusula será direcionada ao e-mail informado pela **CONTRATADA** quando da assinatura da proposta de adesão a este contrato, obrigando-se a mantê-lo atualizado, sob as penas e responsabilizações cabíveis.

26.7 Qualquer informação passada à **CONTRATANTE**, pela **CONTRATADA**, será meramente informativa e não implicará na cessão de direitos relativos à sua propriedade intelectual de

qualquer bem tangível ou intangível e eventuais consentâneos, de titularidade da **CONTRATADA**.

26.8 A **CONTRATANTE** desde já autoriza expressamente a **CONTRATADA** a processar e/ou a armazenar as suas informações no Brasil ou no exterior, na dependência de uma das empresas do grupo econômico a que pertence a **CONTRATADA** ou de um fornecedor.

26.9 A **CONTRATADA** ou o fornecedor poderão utilizar servidores “em nuvem”. A **CONTRATADA** se obriga a adotar todas as providências eventualmente exigidas pela legislação vigente para o referido tratamento, sobretudo a garantia dos protocolos de segurança dos dados armazenados.

26.10 A **CONTRATADA** deverá notificar a **CONTRATANTE** em até 24 (vinte e quatro) horas a respeito de:

- a) Qualquer não cumprimento (ainda que suspeito) das disposições legais relativas à proteção de Dados Pessoais pela **CONTRATADA**, seus funcionários, ou terceiros autorizados;
- b) Qualquer outra violação de segurança no âmbito das atividades e responsabilidades da **CONTRATADA**.

26.11 A **CONTRATADA** será integralmente responsável pelo pagamento de perdas e danos de ordem moral e material, bem como pelo ressarcimento do pagamento de qualquer multa ou penalidade imposta à **CONTRATANTE** e/ou a terceiros diretamente resultantes do descumprimento pela **CONTRATADA** de qualquer das cláusulas previstas neste capítulo quanto a proteção e uso dos dados pessoais.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA – DO FORO

27.1 O foro do presente contrato é a cidade de Manaus/AM com expressa renúncia da **CONTRATADA** a qualquer outro que tenha ou venha a ter, por mais privilegiado que seja.

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA – DISPOSIÇÕES FINAIS

28.1 Fica acordado entre as partes que toda e qualquer comunicação, no que disser respeito a este CONTRATO, far-se-á mediante comunicação eletrônica e/ou através de envio de documento oficial, que será recebido mediante protocolo, com especificação de data, hora e identificação do recipiente.

E assim por estarem de acordo, as partes assinam o presente contrato, em 02 (duas) vias, de igual forma e teor, para um só efeito legal, na presença de duas testemunhas abaixo nominadas.

Manaus, XXX de XXX de 2022.

COMPANHIA DE GÁS DO AMAZONAS

DIRETORIA

EMPRESA VENCEDORA

REPRESENTANTE

TESTEMUNHAS:

Nome:

CPF:

2. Nome:

CPF:

	TERMO DE REFERÊNCIA		Nº:	TR-070/2022		
	GERÊNCIA:	GERÊNCIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	FOLHA:	1	de	21
	TÍTULO:	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de telefonia móvel, no sistema pós-pago, contemplando o fornecimento de aparelhos em regime de Comodato.				

1. OBJETO:

1.1. O presente termo de referência tem como objetivo à **contratação de empresa especializada em prestação de serviços de telefonia móvel pessoal (SMP)**, no sistema pós-pago, com o fornecimento de aparelhos smartphones em regime de comodato.

2. JUSTIFICATIVA:

2.1. A Companhia de Gás do Amazonas – CIGÁS, Sociedade de Economia Mista, com autonomia administrativa e financeira, concessionária dos serviços de distribuição de gás natural, com exclusividade, em todo o território do Estado do Amazonas, necessita contratar empresa especializada em fornecimento de serviço de Telefonia móvel em apoio as suas atividades administrativas;

2.2. Considerando que os serviços de Telefonia móvel são essenciais para atividade dos processos operacionais da Companhia, tendo em vista que auxilia nas atividades administrativas internas e externas, possibilitando a comunicação de forma rápida e eficaz com fornecedores, clientes e outros órgãos do governo;

2.3. A contratação do serviço de Telefonia Móvel Pessoal – SMP tem por finalidade facilitar a comunicação dos Diretores, Gestores, Conselheiros e Assessores da CIGÁS entre si, e com funcionários externos, para que o diálogo seja contínuo e ininterrupto, tornando-se célere e eficiente;

2.4. O serviço de telefonia móvel é de suma importância para as atividades administrativas e no desenvolvimento da Companhia, que sempre utilizou este serviço devido a indispensabilidade de comunicação entre todas as partes interessadas, fornecedores, clientes e colaboradores desta empresa, em apoio à atividade fim de venda e distribuição de gás natural. Portanto, a Companhia não pode correr o risco de prejudicar suas operações por falta de comunicação.

3. DETALHAMENTO DO OBJETO:

3.1. ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS:

3.1.1. Deverá realizar execução de Serviços de Telefonia Móvel Pessoal (SMP), nas modalidades Local (VC1) e de Longa Distância Nacional (VC2 e VC3), pós-pago, utilizando tecnologia GSM/4G/5G de Acessos à Internet, com plano de acesso à internet (transferência de dados).

3.1.2. Disponibilização de aparelhos novos, em regime de comodato, que deverão seguir um padrão de atualização com tecnologia de última geração e substituídos conforme renovação contratual a cada 24 meses, de acordo com os últimos lançamentos existente no mercado.

	TERMO DE REFERÊNCIA		Nº:	TR-070/2022		
	GERÊNCIA:	GERÊNCIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO		FOLHA:	2	de 21
	TÍTULO:	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de telefonia móvel, no sistema pós-pago, contemplando o fornecimento de aparelhos em regime de Comodato.				

3.1.3. A CONTRATADA deverá disponibilizar um Portal WEB de acesso via Internet que permitirá à Contratante efetuar a gestão e controle de todas as suas linhas contratadas. Este portal deverá ter no mínimo as seguintes funcionalidades:

3.1.4. O acesso ao Portal WEB deverá ser realizado mediante Login com uso de senha pessoal para garantir que somente pessoas autorizadas tenham acesso às facilidades da ferramenta;

3.1.5. Após qualquer solicitação de alteração, ativação ou cancelamento de serviços, o Portal WEB deverá gerar um protocolo de registro com número único, data e hora da solicitação;

3.1.6. Será de responsabilidade da CONTRATADA a manutenção, a recuperação e a segurança dos dados do serviço de gerenciamento online.

3.1.7. Os serviços contratados deverão ser realizados 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, durante todo o período de vigência do contrato, não sendo admitida sua interrupção sem justa causa e prévia comunicação à CONTRATANTE.

3.1.8. A CONTRATADA deverá realizar ativação/substituição de chip, sem ônus, mediante solicitação por e-mail da Contratante.

3.1.9. No caso de roubo, perda ou furto, a CONTRATANTE deverá comunicar à CONTRATADA o fato, a qual deverá suspender o serviço temporariamente, sem ônus adicional.

3.1.10. Havendo saldo contratual e conforme a necessidade pela CONTRATANTE de ativação de novos pacotes de dados, realização de upgrade de pacote de dados existentes e adição de novas linhas, a CONTRATADA deve realizar a execução dos referidos serviços, porém o valor não deve ultrapassar o valor global do contrato.

3.1.11. Deverá ser realizado conforme a necessidade da CONTRATANTE o bloqueio de linhas, cancelamento upgrade e/ou downgrade de pacotes de dados, sem ônus adicional.

3.2. ACORDOS DE NÍVEIS DE SERVIÇOS (SLA):

3.2.1. O Acordo de nível de serviço deve ser considerado e entendido pela CONTRATADA como um compromisso de qualidade que assumirá junto a CIGÁS;

3.2.2. A CONTRATADA deverá garantir os níveis de serviços (SLA – Service Level Agreement), especificados a seguir:

3.2.3. A CONTRATADA deverá garantir no mínimo a taxa de conexão de dados com tecnologia 4G em todas as áreas da cidade de **Manaus**, e 5G nas áreas centrais da cidade;

	TERMO DE REFERÊNCIA		Nº:	TR-070/2022		
	GERÊNCIA:	GERÊNCIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO		FOLHA:	3	de 21
	TÍTULO:	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de telefonia móvel, no sistema pós-pago, contemplando o fornecimento de aparelhos em regime de Comodato.				

3.2.4. A CONTRATADA deverá garantir no mínimo a taxa de conexão de dados com tecnologia 4G da área de cobertura para todo o estado do Amazonas, principalmente nos municípios de **Codajas, Caapiranga, Anori, Anamã, Silves e Itapiranga;**

3.2.5. A CONTRATADA deverá garantir no mínimo a taxa de conexão de dados com tecnologia 4G da área de cobertura para os demais estados do território nacional, conforme referência da Anatel;

3.2.6. A CONTRATADA deverá garantir no mínimo a de taxa de conexão de voz em todo o estado do Amazonas, conforme referência da Anatel;

3.2.7. A CONTRATADA deverá garantir no mínimo a de taxa de conexão de voz para os demais estados do território nacional, conforme referência da Anatel;

3.2.8. O chamado técnico deverá ser atendido e solucionado em no máximo 4 (quatro) horas após o seu registro;

3.2.9. O período decorrido entre a ocorrência da anomalia e a solução definitiva da mesma, será computado como serviço indisponível;

3.2.10. A CONTRATADA deverá possuir nas capitais (São Paulo, Salvador, Rio de Janeiro e Brasília) no mínimo tecnologia 5G e nos municípios que não possuir esta cobertura, deverá ser oferecida cobertura mínima de tecnologia 4G;

3.2.11. Durante a vigência contratual, a CONTRATADA deverá disponibilizar à CONTRATANTE, atendimento diferenciado por meio de consultoria especializada e central de atendimento, por meio de chamada gratuita, na escala 24x7x365 (24 horas por dia, 7 dias por semana, 365 dias por ano);

3.2.12. A CONTRATADA deverá manter uma Central de Atendimento por telefone (0800) ou pela Internet, operando 24 (vinte e quatro) horas por dia, durante 7 (sete) dias da semana, manterá Atendimento Especializado, para prover os serviços de mudança de número, substituição de aparelhos, bloqueios, desbloqueios, dentre outros;

3.2.13. A CONTRATADA deverá informar à CONTRATANTE conta de endereço eletrônico (e-mail), por meio do qual serão prestadas e/ou requeridas informações que exigem celeridade e registro;

3.2.14. Disponibilizar os serviços de *roaming* nacional de forma automática, sem a necessidade de habilitação de outro equipamento ou a intervenção do usuário;

3.2.15. Disponibilizar os serviços de *roaming* internacional através de solicitação de gestor designado pela CIGÁS;

	TERMO DE REFERÊNCIA		Nº:	TR-070/2022		
	GERÊNCIA:	GERÊNCIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO		FOLHA:	4	de 21
	TÍTULO:	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de telefonia móvel, no sistema pós-pago, contemplando o fornecimento de aparelhos em regime de Comodato.				

3.2.16. A CONTRATADA deverá fornecer número ou código de protocolo para identificação e individualização dos chamados técnicos efetuados pela CONTRATANTE;

3.2.17. A CONTRATADA deverá fornecer todos os materiais, peças, bem como se responsabilizar com gastos relativos a deslocamentos de seus técnicos;

3.2.18. A CONTRATADA deverá substituir qualquer aparelho móvel que apresentar defeito, desde que não constatado uso indevido do equipamento, sem ônus a CIGÁS, no período máximo de 30 (trinta) dias corridos;

3.2.19. A CONTRATADA deverá assumir inteira responsabilidade técnica e administrativa do objeto contratado, não podendo, sob qualquer hipótese, transferir a outras empresas a responsabilidade por problemas no funcionamento do serviço.

3.3. FORNECIMENTO DOS EQUIPAMENTOS EM REGIME DE COMODATO:

3.3.1. Todos os equipamentos deverão ser novos, última versão do fabricante e de primeiro uso e deverão ser entregues em caixas lacradas;

3.3.2. No caso de Prorrogação contratual deverá ser realizada a troca dos aparelhos móveis por outros tecnologicamente atualizados conforme os modelos topo de linha atuais do mercado;

3.3.3. Todos os equipamentos (Smartphones) fornecidos em comodato deverão ter garantia mínima de 12 (doze) meses, sendo que a garantia deverá ser do fabricante;

3.3.4. Não serão aceitos equipamentos remanufaturados, recondicionadas ou reformados;

3.3.5. Havendo saldo contratual a CONTRATADA deverá disponibilizar conforme a necessidade da CONTRATANTE novos aparelhos, sem ônus adicional;

3.3.6. Segue abaixo tabela com indicações e quantidade de aparelhos a serem disponibilizados e respectivas classes:

Modelo	Classe	Quantidade de Aparelhos
Diretoria	1ª Classe	4
Gerência	2ª Classe	22
Staff	3ª Classe	30
Total		56

	TERMO DE REFERÊNCIA		Nº:	TR-070/2022		
	GERÊNCIA:	GERÊNCIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	FOLHA:	5	de	21
	TÍTULO:	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de telefonia móvel, no sistema pós-pago, contemplando o fornecimento de aparelhos em regime de Comodato.				

3.4. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DOS APARELHOS:

3.4.1. APARELHO SMARTPHONE DIRETORIA (1ª CLASSE):

O aparelho deve conter no mínimo as seguintes especificações descritas abaixo, conforme modelo topo de linha da fabricante:

TIPO 01

Processador
Processador: 1x 3.0 GHz Cortex-X2 + 3x 2.5 GHz Cortex-A710 + 4x 1.8 GHz Cortex-A510 Android ou 2x 3.22 GHz Avalanche + 4x 1.82 GHz Blizzard IOS
Chipset: Snapdragon 8 Gen1 Qualcomm SM8450 Android ou Apple A15 Bionic IOS
GPU: Adreno 730 Android ou Apple GPU (5-core) IOS
Tela
Tamanho (Tela Principal): 6.8 Android ou 6.7 IOS
Resolução (Tela Principal): 3088 x 1440 (Quad HD+) Android ou 1284 x 2778 pixel IOS
Tecnologia AMOLED Dinâmico 2X
Câmera
Resolução: 4619 x 3464 pixels Android ou 4000 x 3000 pixels IOS
Câmera Traseira (Múltiplas): 108.0 MP + 10.0 MP + 12.0 MP + 10.0 MP Android ou 12MP + 12MP + 12MP IOS
Câmera Frontal: 40MP Android ou 12MP F2.2 IOS
Gravação: UHD 8K (7680 x 4320) @24fps Android ou 4K 60fps IOS
Memória RAM
Memória RAM: 12 GB Android ou 6 GB IOS
Memória Interna: 512 GB ou superior
Rede / Bandas
Tipo de Chip: Nano-SIM (4FF), Embedded-SIM
Conexões: 2G GSM, 3G WCDMA, 4G LTE FDD, 4G LTE TDD, 5G Sub6 FDD, 5G Sub6 TDD
Conectividade
USB Type C 3.1 Android ou Conector Lightning IOS
Wi-Fi: 802.11 a/b/g/n/ac/ax 2.4G+5GHz+6GHz, HE160, MIMO, 1024-QAM Android ou 802.11 a/b/g/n/ac/6e IOS
Bluetooth 5.2 Android ou Bluetooth 5.0 com A2DP/LE IOS
Capacidade Padrão da Bateria
5000 mAh Android ou 4373 mAh IOS
Acessórios
Carregador, Cabo USB e Adaptador USB
Sistema Operacional
Android ou IOS

	TERMO DE REFERÊNCIA		Nº:	TR-070/2022		
	GERÊNCIA:	GERÊNCIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	FOLHA:	6	de	21
	TÍTULO:	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de telefonia móvel, no sistema pós-pago, contemplando o fornecimento de aparelhos em regime de Comodato.				

3.4.2. APARELHO SMARTPHONE GERÊNCIA (2ª CLASSE):

O aparelho deve conter no mínimo as seguintes especificações descritas abaixo, conforme modelo topo de linha da fabricante:

Processador
Velocidade do Processador: 1x 2.9 GHz Cortex-X1 + 3x 2.8 GHz Cortex-A78 + 4x 2.2 GHz Cortex-A55 – Android ou 2x 3.22 GHz Avalanche + 4x 1.82 GHz Blizzard – IOS
Chipset: Samsung Exynos 2100 - Android ou Apple A15 Bionic – IOS
GPU: Mali-G78 MP14 - Android ou Apple GPU (4-core) – IOS
Tipo de Processador: Octa-Core – Android ou Hexa-Core – IOS
Tela
Tamanho (Tela Principal): 6.2 polegadas – Android 6.1 polegadas – IOS
Resolução (Tela Principal): 3040 x 1440 – Android ou 2436 x 1125 – IOS
Tecnologia Dynamic AMOLED 2X – Android ou OLED – IOS
Câmera
Resolução: 4000 x 3000 pixels – Android ou 4000 x 3000 pixels – IOS
Câmera ultra-wide: 16 MP – Android ou 12 MP – IOS
Câmera wide: 12 MP
Câmera teleobjetiva: 12 MP
Câmera Frontal: 10 MP – Android ou 12 MP – IOS
Gravação: 4K (2160p) / 60 fps / Slow Motion - 960 fps – Android ou 4K (2160p) / 60 fps / Slow Motion - 240 fps – IOS
Memória RAM
Memória RAM: 8GB – Android ou 4 GB – IOS

	TERMO DE REFERÊNCIA		Nº:	TR-070/2022		
	GERÊNCIA:	GERÊNCIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	FOLHA:	7	de	21
	TÍTULO:	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de telefonia móvel, no sistema pós-pago, contemplando o fornecimento de aparelhos em regime de Comodato.				

Memória Interna: 128 GB ou superior – Android ou 64 GB ou superior – IOS
Suporte ao Cartão de Memória MicroSD (Até 512 GB) – Android
Rede / Bandas
Tipo de Chip: Nano-SIM / Dual-SIM – Android ou Nano-SIM – IOS
Conexões: 3G WCDMA, 3G TD-SCDMA, 4G LTE FDD, 4G LTE TDD – Android e IOS
Conectividade
USB Type C 3.1 – Android ou Proprietary 3.0 – IOS
Wi-Fi: 802.11 a/b/g/n/ac/ax – Android ou 802.11 a/b/g/n/ac/6e – IOS
Wi-Fi: Direct – Android ou Wi-Fi hotspot – IOS
Bluetooth 5.0 com A2DP/LE/aptX – Android ou 5.0 com A2DP/LE – IOS
Capacidade Padrão da Bateria
4000 mAh – Android ou 3240 mAh – IOS
Acessórios
Carregador, Fone de Ouvido, Cabo USB e Adaptador USB - Android e IOS
Sistema Operacional
Android ou IOS

	TERMO DE REFERÊNCIA		Nº:	TR-070/2022		
	GERÊNCIA:	GERÊNCIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	FOLHA:	8	de	21
	TÍTULO:	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de telefonia móvel, no sistema pós-pago, contemplando o fornecimento de aparelhos em regime de Comodato.				

3.4.3. APARELHO SMARTPHONE STAFF (3ª CLASSE):

O aparelho deve conter no mínimo as seguintes especificações descritas abaixo, conforme modelo topo de linha da fabricante:

Processador
Velocidade do Processador: 2x 2.73 GHz Mongoose M5 + 2x 2.4 GHz Cortex-A76 + 4x 1.9 GHz Cortex-A55
Chipset: SAMSUNG Exynos 990
GPU: Mali-G77 MP11
Tipo de Processador: Octa-Core
Tela
Tamanho (Tela Principal): 6.2 polegadas
Resolução (Tela Principal): 1440 x 3200 pixels
Tecnologia: Super AMOLED
Câmera
Resolução: 2400 x 1800 pixel
Câmera Traseira: 64.0 MP + 12.0 MP + 5.0 MP + 5.0 MP
Câmera Frontal: 32 MP
Gravação: UHD 4K (3840 x 2160) @30fps
Memória RAM
Memória RAM: 6 GB
Memória Interna: 64 GB ou superior
Suporte ao Cartão de Memória MicroSD (Até 256 GB)
Rede / Bandas
Tipo de Chip: Nano-SIM / Dual-SIM
Conexões: 2G, 3G WCDMA, 3G TD-SCDMA, 4G LTE FDD, 4G LTE TDD
Conectividade
USB: Type-C
Wi-Fi: 802.11 a/b/g/n/ac 2.4G+5GHz VHT80
Wi-Fi: Direct
Bluetooth: 5.0
Capacidade Padrão da Bateria
4500 mAh

	TERMO DE REFERÊNCIA		Nº:	TR-070/2022		
	GERÊNCIA:	GERÊNCIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO		FOLHA:	9	de 21
	TÍTULO:	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de telefonia móvel, no sistema pós-pago, contemplando o fornecimento de aparelhos em regime de Comodato.				

Acessórios
Carregador, Fone de Ouvido, Cabo USB e Adaptador USB
Sistema Operacional
Android

3.5. PLANO DE TRANSIÇÃO E PORTABILIDADE:

3.5.1. Caso seja necessário deverá ocorrer a portabilidade e o período de transição corresponde ao período compreendido entre o encerramento do contrato atual e o início de novo contrato, em caso de necessidade de continuação dos serviços, ou sua descontinuidade por completo.

3.5.2. Para a transição contratual, a CIGÁS exige que a CONTRATADA preserve a exclusividade dos números existentes, de modo que seja possível realizar a portabilidade desse número para uma eventual nova operadora que venha a suceder os serviços.

3.5.3. A CONTRATADA deve assegurar a portabilidade dos números já existente na CIGÁS seja realizada.

3.5.4. Deverá ser realizada a portabilidade em dia e horário acordado com a CIGÁS, não podendo de maneira alguma ocorrer interrupção no serviço.

3.6. SOLUÇÃO DE GERENCIAMENTO DE SEGURANÇA DE DISPOSITIVOS MOVEIS:

3.6.1. A contratada deverá fornecer solução de gerenciamento dos dispositivos móveis – Mobile Devices Management – MDM, disponível em ambiente WEB (Internet), que possibilite a gestão dos dispositivos, em tempo real, disponível 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana.

3.6.2. A solução deverá ser instalada nos equipamentos após a entrega dos equipamentos na CIGÁS;

3.6.3. A Solução deverá viabilizar a configuração, administração e liberação ou restrição do uso dos dispositivos móveis Android, incluindo, no mínimo, as seguintes características:

3.6.3.1. Suporte aos Sistemas Operacionais IOS E Android;

3.6.3.2. Arquitetura *multi-tenant* que permita a gestão de todos os itens, aparelhos, usuários, políticas e perfis de maneira robusta e escalável;

3.6.3.3. A solução deve enviar solicitações de registro over-the-air usando serviços de mensagens de e-mail;

3.6.3.4. Possibilitar que o cliente crie áreas de container para separar o conteúdo corporativo do conteúdo pessoal (modalidade de perfil de trabalho);

3.6.3.5. Possibilitar o “wipe” completo do aparelho, ou seja, a plataforma deve possibilitar que o administrador da plataforma apague de forma remota todos os dados do aparelho;

	TERMO DE REFERÊNCIA		Nº:	TR-070/2022		
	GERÊNCIA:	GERÊNCIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	FOLHA:	10	de	21
	TÍTULO:	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de telefonia móvel, no sistema pós-pago, contemplando o fornecimento de aparelhos em regime de Comodato.				

3.6.3.6. Possibilitar o “wipe” corporativo do aparelho, ou seja, a plataforma deve possibilitar que o administrador da plataforma apague de forma remota todos os dados CORPORATIVOS do aparelho;

3.6.3.7. A solução deve possibilitar conexão via API à plataforma de gestão de serviços através de método de Single Sign On (SSO) para login do usuário;

3.6.3.8. A plataforma deverá suportar o processo de instalação dos agentes através de código de identificação da empresa a ser enviado ao colaborador, através de processo Android for Work (com APIs suportadas pelo método Android Enterprise) e através de implementação via Android Zero-Touch;

3.6.3.9. A plataforma deve disponibilizar console de administração via web, acessível através dos principais browsers de mercado;

3.6.3.10. Deverá coletar informações de inventário de hardware e software e usuário, apresentando:

3.6.3.11. Informações sobre data e hora da última comunicação entre o dispositivo e o componente manager da solução;

3.6.3.12. Informações sobre aplicativos instalados no dispositivo móvel no container corporativo;

3.6.3.13. Informações sobre políticas aplicadas;

3.6.3.14. Informações sobre dispositivo: IMEI, número de série, nome do dispositivo, sistema operacional e versão, usuário usado para registro do dispositivo no ambiente de gerenciamento, Capacidade disponível (espaço), Data de Ativação, Marca, Modelo, Nível de bateria;

3.6.3.15. Deverá permitir a configurações de Wi-fi (habilitar e desabilitar);

3.6.3.16. Deverá permitir a geolocalização dos dispositivos quando comunicado com a plataforma;

3.6.3.17. Deverá permitir o envio de mensagens para os dispositivos móveis gerenciados;

3.6.3.18. Deverá possibilitar ao administrador criar quantas políticas de cadastro de dispositivos móveis forem necessárias, permitindo assim um maior controle dos dispositivos gerenciados;

3.6.3.19. Deverá permitir que o administrador da solução defina políticas de acesso a e-mail;

3.6.3.20. Deverá possibilitar a criação de grupos de dispositivos móveis;

3.6.3.21. Deverá possibilitar ao administrador executar, por dispositivo móvel ou de forma massiva numa só ação no console administrativa, o envio de comando de "lock/bloqueio" para o(s) dispositivo(s) móvel(is) selecionado(s);

3.6.3.22. Deverá possibilitar ao administrador executar, por dispositivo móvel ou de forma massiva em numa só ação no console administrativa, o envio de comando de "wipe/limpeza" remoto para o(s) dispositivo(s) móvel(is) selecionado(s);

	TERMO DE REFERÊNCIA		Nº:	TR-070/2022		
	GERÊNCIA:	GERÊNCIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	FOLHA:	11	de	21
	TÍTULO:	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de telefonia móvel, no sistema pós-pago, contemplando o fornecimento de aparelhos em regime de Comodato.				

3.6.3.23. Deverá possibilitar ao administrador executar, por dispositivo móvel ou de forma massiva em numa só ação no console administrativa, o envio de comando de destravamento/travamento e limpeza da senha existente para o(s) dispositivo(s) móvel(is) selecionado(s);

3.6.3.24. Deverá possibilitar ao administrador executar, por dispositivo móvel ou de forma massiva em numa só ação no console administrativa, o envio de comando para remoção do MDM no(s) dispositivo(s) móvel(is) selecionado(s);

3.6.3.25. Deverá possuir painéis administrativos web e online (visões), onde serão apresentadas informação de bateria do device, tempo em que está sem comunicação com a plataforma, nível armazenamento, tempo em que o GPS está sem comunicação, dados sobre a memória Interna;

3.6.3.26. Deverá ser capaz de exportar as informações existentes nos painéis administrativos para arquivos em formato XLS;

3.6.3.27. Deverá apresentar informações sobre o modelo de aparelho utilizado;

3.6.3.28. Deverá possuir mecanismo para importação de lista de dispositivos móveis. A listagem para upload deverá possuir no mínimo as informações (IMEI, PIN, Nome do usuário e e-mail).

3.6.3.29. Deverá permitir a criação de grupos de dispositivos para distribuição/aplicação das políticas de configuração, possibilitando assim uma maior granularidade na gestão dos dispositivos móveis do ambiente.

3.6.3.30. Deverá possibilitar a configuração de acso ao correio eletrônico (e-mail) via ActiveSync sem necessidade de intervenção por parte do usuário do dispositivo.

3.6.3.31. Deverá possibilitar a definição e implementação de regras para senha dos dispositivos móveis;

3.6.3.32. Definir se haverá obrigatoriedade de caracteres alfanuméricos na composição da senha;

3.6.3.33. Definir o tamanho mínimo da senha;

3.6.3.34. Definir se será necessário uso de caracteres especiais na composição da senha, e qual a quantidade mínima de caracteres especiais nesta composição;

3.6.3.35. Definir qual a tempo máxima de uso da senha;

3.6.3.36. Definir a quantidade de registros que serão armazenados no histórico de senhas, impedindo a reutilização das últimas "n" senhas previamente utilizadas;

3.6.3.37. Definir a quantidade máxima de tentativas de uso de senha sem sucesso antes de executar um " Software Reset";

3.6.3.38. Definir qual o intervalo de tempo para ativação da função de auto-travamento ("auto lock").

3.6.3.39. Permitir a definição e configuração de proxy para navegação do Google Chrome;

	TERMO DE REFERÊNCIA		Nº:	TR-070/2022		
	GERÊNCIA:	GERÊNCIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	FOLHA:	12	de	21
	TÍTULO:	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de telefonia móvel, no sistema pós-pago, contemplando o fornecimento de aparelhos em regime de Comodato.				

- 3.6.3.40.** Deverá possibilitar a configuração de redes WiFi sem necessidade de intervenção por parte do usuário do dispositivo;
- 3.6.3.41.** Deverá possibilitar a criação de políticas de configuração remota que permitam ativar e desativar o WiFi;
- 3.6.3.42.** Deverá possibilitar a criação de políticas de configuração remota que permitam configurar o acesso a redes WiFi;
- 3.6.3.43.** Deverá possibilitar a criação de políticas de configuração remota que permitam ativar e desativar o Bluetooth;
- 3.6.3.44.** Deverá possibilitar a configuração de uso de firewall no dispositivo móvel, permitindo habilitar regra de Proxy IP e definir o servidor e a porta pela qual ocorrerá o tráfego a partir do Navegador Chrome;
- 3.6.3.45.** Deverá possibilitar a ativação/desativação do "location provider" do GPS;
- 3.6.3.46.** Deverá possibilitar a configuração de permissão de acesso à função de administrador do dispositivo, concedendo ou negando tal função ao usuário do dispositivo móvel;
- 3.6.3.47.** Deverá possibilitar a configuração de permissão ou bloqueio de transferência de arquivos por USB.
- 3.6.3.48.** Deverá possibilitar a criação de regras de restrição, permitindo:
- 3.6.3.49.** Definir regra que permita ativar e desativar a câmera;
- 3.6.3.50.** Definir regra que permita ativar e desativar a captura de tela;
- 3.6.3.51.** Definir regra que permita ativar e desativar a loja de aplicativos dentro do perfil dedicado;
- 3.6.3.52.** Definir regra que permita ativar e desativar a permissão para instalação de aplicativos a partir de fontes desconhecidas;
- 3.6.3.53.** Definir regra que permita ativar e desativar a permissão para configuração do Modo Avião;
- 3.6.3.54.** Definir regra que permita ativar e desativar a permissão para configuração de Data e Hora;
- 3.6.3.55.** Definir regra que permita ativar e desativar a permissão Inicialização do dispositivo em Modo de Segurança;
- 3.6.3.56.** Definir regra que permita ativar e desativar a permissão de configuração do Ícone do usuário;
- 3.6.3.57.** Definir regra que permita ativar e desativar a permissão de configuração do Papel de Parede;
- 3.6.3.58.** Definir regra que permita ativar e desativar a permissão para modificação das contas;
- 3.6.3.59.** Definir regra que permita ativar e desativar a permissão de configuração da Rede Móvel;

	TERMO DE REFERÊNCIA		Nº:	TR-070/2022		
	GERÊNCIA:	GERÊNCIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	FOLHA:	13	de	21
	TÍTULO:	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de telefonia móvel, no sistema pós-pago, contemplando o fornecimento de aparelhos em regime de Comodato.				

- 3.6.3.60.** Definir regra que permita ativar e desativar a permissão de compartilhamento do perfil gerenciado;
- 3.6.3.61.** Definir regra que permita ativar e desativar a funcionalidade de compartilhamento de dados móveis via Bluetooth;
- 3.6.3.62.** Definir regra que permita ativar e desativar a funcionalidade de compartilhamento de dados móveis via USB;
- 3.6.3.63.** Definir regra que permita ativar e desativar a funcionalidade de compartilhamento de dados móveis via wifi;
- 3.6.3.64.** Definir regra que permita ativar e desativar o bloqueio de uso do wifi;
- 3.6.3.65.** Definir regra que permita ativar e desativar o bloqueio de uso do Bluetooth;
- 3.6.3.66.** Deve permitir políticas de bloqueio e liberação de URLs dos Smartphones através da console de gerenciamento a partir do navegador Google Chrome;
- 3.6.3.67.** Deverá implementar loja de aplicativos corporativa, a partir da qual poderão ser publicados os aplicativos disponíveis para os usuários do ambiente.
- 3.6.3.68.** Deverá possibilitar a definição de aplicativos de instalação opcional, onde o usuário escolhe o que quer instalar, e de aplicativos de instalação obrigatória.
- 3.6.3.69.** Deverá ser capaz de publicar aplicativos de lojas públicas, como o Google Play.
- 3.6.3.70.** Deverá ser capaz de publicar aplicativos independente das lojas públicas, a partir do fornecimento dos respectivos arquivos com extensões APK.
- 3.6.3.71.** Deverá permitir a criação de grupos de dispositivos para possibilitar uma maior granularidade na disponibilização das políticas e dos aplicativos.
- 3.6.3.72.** Deverá possibilitar o bloqueio do acesso a lojas públicas (como Google Play), mantendo como ponto único de acesso para download e instalação de aplicativos a loja corporativa implementada pela solução.
- 3.6.3.73.** Deverá permitir a restrição de uso de aplicativos por definição de horário mesmo quando sem sinal de dados.
- 3.6.3.74.** Deverá permitir o controle de horário de utilização de e-mails e outros aplicativos e funcionalidades.
- 3.6.3.75.** Permitir a configuração de rede Wi-Fi para equipamentos IOS.
- 3.6.3.76.** Permitir a configuração de contas de e-mail em equipamentos IOS suportando o protocolo Active Sync.
- 3.6.3.77.** Deverá permitir a visualização da geolocalização do dispositivo através de tarefa com exibição em mapa;
- 3.6.3.78.** Deverá permitir o bloqueio ao acesso as configurações do dispositivo (settings);
- 3.6.3.79.** Deverá permitir o bloqueio ao acesso/alteração das configurações de 3G e Wi-Fi;
- 3.6.3.80.** Deve ser possível a criação de um “modo quiosque” ou Dispositivo Dedicado, onde será bloqueado qualquer recurso do dispositivo com exceção dos aplicativos e configurações definidos pelo administrador da solução;

	TERMO DE REFERÊNCIA		Nº:	TR-070/2022		
	GERÊNCIA:	GERÊNCIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	FOLHA:	14	de	21
	TÍTULO:	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de telefonia móvel, no sistema pós-pago, contemplando o fornecimento de aparelhos em regime de Comodato.				

3.6.3.81. Plataforma deve suportar nativamente os idiomas português, inglês e espanhol;

3.6.3.82. A plataforma deve permitir nativamente a customização do layout da interface de administração WEB para suportar configuração do Logo e cores da empresa que adquiriu a solução;

3.6.3.83. Suporte ao processo de ativação de dispositivos Android através das novas bibliotecas da Google (Android Enterprise);

3.6.3.84. Suporte ao processo de ativação de dispositivos Android através do processo de ativação sem intervenção manual usando portal Android Zero-Touch;

4. FUNDAMENTO LEGAL:

4.1. A contratação deverá observar as normas contidas na Lei Federal nº 13.303/2016 e, no que couber, na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e legislações correlatas.

5. DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS:

5.1. O critério de julgamento das propostas comerciais no presente processo de contratação, será o de **MENOR PREÇO GLOBAL**, conforme **art. 54, inciso I, da Lei Federal nº 13.303/2016**, pois este formato será mais vantajoso para a Administração considerando que um item complementa outro.

6. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

6.1. Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível com as características do objeto deste Pregão, mediante apresentação de **Atestado ou Declarações de capacidade técnica** em nome da empresa, expedido (s) por pessoa (s) jurídica (s) de direito público ou privado, demonstrando que a licitante já forneceu produtos iguais, similares ou equivalentes às do objeto desta licitação, na forma do disposto no **inciso II do Artigo 58 da Lei Federal nº 13.303/2016**.

7. FORMALIZAÇÃO DA PROPOSTA:

7.1. Deverá ser apresentada juntamente com a proposta de preço o catálogo ou folder técnico dos smartphones ofertado.

7.2. O prazo de validade da proposta deve ser de, no mínimo, 90 (noventa) dias consecutivos da data da sessão de abertura desta licitação, solicitamos na proposta de preços o detalhamento do preço da solução ofertada.

	TERMO DE REFERÊNCIA		Nº:	TR-070/2022		
	GERÊNCIA:	GERÊNCIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO		FOLHA:	15	de 21
	TÍTULO:	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de telefonia móvel, no sistema pós-pago, contemplando o fornecimento de aparelhos em regime de Comodato.				

TARIFA DE TELEFONIA						
Nº.	SERVIÇO	UND	QTD MENSAL	VALOR UNIT.	VALOR MENSAL	VALOR BIANUAL
1	Assinatura fixa mensal por linha	unidade	120	R\$ --	QTD x VALOR UNIT.	VALOR MENSAL X 24.
2	Pacote de Dados (Franquia 30 GB)	Serviço	4	R\$ --	QTD x VALOR UNIT.	VALOR MENSAL X 24.
3	Pacote de Dados (Franquia 5 GB)	Serviço	116	R\$ --	QTD x VALOR UNIT.	VALOR MENSAL X 24.
4	Tarifa Zero – Intragrupo	Serviço	120	R\$ --	QTD x VALOR UNIT.	VALOR MENSAL X 24.
5	Gestor online + Gerenciador de Dispositivos (MDM)	Serviço	120	R\$ --	QTD x VALOR UNIT.	VALOR MENSAL X 24.
6	Pacote de ligações e envio de SMS ilimitados nacional	Serviço	120	R\$ --	QTD x VALOR UNIT.	VALOR MENSAL X 24.
					SOMATORIA DO VALOR MENSAL (R\$)	SOMATORIA DO VALOR BIANUAL (R\$)

7.3. A proposta de preço deverá ser preenchida conforme modelo de planilha abaixo:

Obs.: A tabela acima contém o consumo médio mensal previsto para os próximos anos.

7.4. Deverão ser disponibilizados 120 Sim Cards (CHIP) que possuam os três tamanhos adaptáveis (normal, micro e nano).

7.5. O valor de referência deverá ser o somatório do valor Anual.

8. NA OCASIÃO DE FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO SERÁ EXIGIDA A SEGUINTE DOCUMENTAÇÃO:

8.1. Declaração do fabricante do produto atestando ao proponente sua condição de revendedor expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado;

8.2. Apresentar a certificação de homologação junto a ANATEL dos equipamentos referentes;

8.3. Apresentar a declaração emitida pela ANATEL de autorizada a prestar o serviço;

9. DA ENTREGA:

9.1. Os equipamentos desta contratação devem ser disponibilizados em até **30 dias corridos** após a assinatura do contrato para realizar a entrega na Gerência de Tecnologia da Informação – GETIN da Companhia de Gás do Amazonas – CIGÁS.

9.2. Ocorrerão por conta exclusiva da CONTRATADA as despesas com seguro, frete, liberação aduaneira, carga e descarga do objeto do Contrato, até o local e o momento de entrega.

	TERMO DE REFERÊNCIA		Nº:	TR-070/2022		
	GERÊNCIA:	GERÊNCIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO		FOLHA:	16	de 21
	TÍTULO:	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de telefonia móvel, no sistema pós-pago, contemplando o fornecimento de aparelhos em regime de Comodato.				

9.3. A prorrogação de prazo de entrega dos equipamentos em regime de comodato somente será concedida mediante pedido formal, com justificativa plausível e aceita pela CIGÁS;

10. ORIGEM DOS RECURSOS:

10.1. Os recursos financeiros para a execução do objeto desta contratação serão custeados pela Companhia de Gás do Amazonas – CIGÁS, previstos para o exercício de 2023, Item: Despesas administrativas, subitem: Despesas Estruturais, conta: 5.1.2.02.002 – telefonia móvel, conforme orçamento aprovado pelo Conselho de Administração da CIGÁS.

11. CONDIÇÕES E FORMA DE PAGAMENTO:

11.1. O pagamento será realizado mediante a fatura global tipo agrupado ou corporativo, bem como os demonstrativos detalhados das ligações realizadas para cada acesso móvel celular, e ainda fornecer de forma individualizada todas as ligações originadas e recebidas de cada acesso devidamente aprovada pela gerência competente, segundo a legislação vigente, no prazo de **até 30 (trinta) dias**, após sua aprovação;

11.2. Havendo erro nos documentos hábeis de cobrança ou circunstância que impeça o pagamento da despesa, os mesmos serão devolvidos e o pagamento ficará pendente até que a CONTRATADA providencie as medidas cabíveis. Neste caso, o prazo de pagamento iniciar-se-á após a regularização, sem ônus à CONTRATANTE.

11.3. Certidão Negativa de Débitos do FGTS, Fazenda Federal, Estadual e Municipal, e trabalhista, válidos.

11.4. As condições e formas de pagamento também estabelecidas na minuta do **CONTRATO**.

12. PRAZO:

12.1. Prazo de duração do contrato: O prazo de vigência da futura contratação será de 24 (vinte e quatro) meses, a contar da ativação dos serviços, após a expedição do pedido de compra, podendo ser prorrogado, nos termos da Lei 13.303/16.

13. DA MATRIZ DE RISCOS:

13.1. Nos termos do art. 69, inciso X, combinado com art. 42, inciso X da Lei Federal nº 13.303, de 30 de junho de 2016, aplica-se ao contrato vinculado a este Termo de Referência os seguintes riscos e responsabilidades entre as partes, caracterizadora do equilíbrio econômico-financeiro inicial do respectivo contrato, em termos de ônus financeiros decorrentes de eventos supervenientes à contratação.

	TERMO DE REFERÊNCIA		Nº:	TR-070/2022		
	GERÊNCIA:	GERÊNCIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	FOLHA:	17	de	21
	TÍTULO:	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de telefonia móvel, no sistema pós-pago, contemplando o fornecimento de aparelhos em regime de Comodato.				

Tipo de Risco	Motivo	Resp. do Contratado	Resp. do Contratante
Atraso no Pagamento	Não cumprimento por parte da CONTRATADA das exigências contratuais.		X
Atraso no Pagamento	Problemas no fluxo de caixa da CIGÁS .		X
Falha na execução ou a forma de fornecimento do serviço.	Problema de Disponibilidade do serviço de telefonia móvel.	X	
Problemas nos equipamentos disponibilizados em regime de comodato.	Os equipamentos não condizem com as especificações técnicas obedecendo aos critérios.	X	
Problemas na portabilidade	Falta de sinal ou indisponibilidade de linhas corporativas.	X	

14. DAS OBRIGAÇÕES:

14.1. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

14.1.1. Obedecer rigorosamente às condições, contidas no **Processo Administrativo 070/2022**, devendo qualquer alteração ser autorizada previamente e por escrito pela **CIGÁS**;

14.1.2. Fornecer o serviço da presente licitação rigorosamente de acordo com as especificações técnicas constantes neste documento e na proposta comercial vencedora do respectivo processo de contratação, obedecendo aos critérios e padrões de qualidade predeterminados e exigidos pela **CIGÁS**;

	TERMO DE REFERÊNCIA		Nº:	TR-070/2022		
	GERÊNCIA:	GERÊNCIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	FOLHA:	18	de	21
	TÍTULO:	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de telefonia móvel, no sistema pós-pago, contemplando o fornecimento de aparelhos em regime de Comodato.				

14.1.3. Caberá à CONTRATADA, além das responsabilidades resultantes da Lei n. 8.666/1993, a observância das disposições previstas na Lei n. 9.472/1997, no respectivo contrato de concessão ou termo de autorização celebrado com a ANATEL, e demais disposições regulamentares pertinentes aos serviços a serem prestados;

14.1.4. Pagar todos os tributos e contribuições fiscais que incidam ou venham a incidir, direta e indiretamente, sobre os serviços e/ou materiais, bem como eventual custo de frete relativo a(s) respectiva(s) entrega(s);

14.1.5. Responsabilizar-se pelo transporte, descarrego e seguro dos aparelhos disponibilizados em regime de comodato, devendo os mesmos ser entregues à **CIGÁS** em perfeitas condições de uso;

14.1.6. Substituir, sem custos adicionais, qualquer aparelho com defeito, dentro do prazo máximo de 20 dias;

14.1.7. Manter a **CIGÁS** livre e a salvo de toda e qualquer reclamação de indenização por perdas e danos e/ou prejuízos de qualquer natureza, que tenha sofrido ou causado a terceiros em decorrência do fornecimento dos serviços, respondendo inclusive civil e criminalmente, independentemente de haver ou não contratados seguros adequados e suficientes para tais circunstâncias.

14.1.8. Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar a **CIGÁS** ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita.

14.1.9. Prestar corretamente toda e qualquer informação solicitada pela **CIGÁS**, quanto aos serviços fornecidos.

14.1.10. Manter e fornecer, sempre que solicitado, durante o fornecimento da execução do serviço, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições para sua habilitação e qualificação exigidas na formalização do mesmo, conforme prevê o inciso IX, do artigo 69, da Lei Federal nº 13.303/2016.

14.1.11. Responsabilizar-se pelas infrações que cometer quanto ao direito de uso de materiais, equipamentos protegidos por marcas ou patentes, respondendo neste caso, civil e criminalmente, por quaisquer indenizações, taxas ou comissões que forem devidas, bem como por quaisquer reclamações resultantes do mau uso que deles fizer.

14.1.12. Comunicar imediatamente à **CIGÁS**, por escrito, quaisquer erros, omissões, incorreções ou discrepâncias porventura encontradas pela **CONTRATADA**, a fim de que sejam corrigidos.

	TERMO DE REFERÊNCIA		Nº:	TR-070/2022		
	GERÊNCIA:	GERÊNCIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO		FOLHA:	19	de 21
	TÍTULO:	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de telefonia móvel, no sistema pós-pago, contemplando o fornecimento de aparelhos em regime de Comodato.				

14.1.13. A CONTRATADA será responsável por prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela CIGÁS em até 48 horas, relativamente à execução dos serviços contratados;

14.1.14. Disponibilizar, no prazo máximo de 30 (trinta) dias consecutivos, a contar da assinatura do contrato, os telefones móveis e todos os serviços para o perfeito funcionamento dos acessos móveis;

14.1.15. A CONTRATADA deverá assumir a responsabilidade por clonagens que porventura venham a ser identificadas nas linhas homologadas, sem nenhum custo para a CIGÁS;

14.1.16. A CONTRATADA deverá fornecer para a CIGÁS, em regime de COMODATO, aparelhos novos de alta tecnologia e qualidade, que permitirão o acesso ao serviço contratado, que possuam atualizações tecnológicas compatíveis com os aparelhos comercializados na data da licitação;

14.1.17. Os aparelhos fornecidos pela CONTRATADA, deverão possuir garantia junto ao fabricante com prazo de 12 meses, sendo igual à vigência do contrato celebrado entre as partes, caso algum aparelho venha apresentar defeito, deverá ser acionada a garantia do aparelho do fabricante, sendo o reparo ou restituído sem nenhum custo para CIGÁS.

14.1.18. Em caso de quaisquer divergências ou contestações no faturamento ou outros serviços solicitados, que acarretem a suspensão ou atraso no pagamento, os serviços em hipótese alguma poderão ser suspensos ou bloqueados por parte da CONTRATADA;

14.1.19. Garantir sigilo e inviolabilidade das conversações realizadas por meio do serviço desta contratação. No mínimo dentro de sua rede de telecomunicações, respeitando as hipóteses e condições constitucionais e legais de quebra de sigilo de telecomunicações;

14.1.20. A CONTRATADA deverá apresentar fatura correspondente aos gastos com o serviço contratado, constando relação numérica redundância dos acessos deste contrato e seus respectivos valores, bem como detalhamento e valor total de cada um dos acessos individualmente;

14.1.21. Encaminhar por meio eletrônico o arquivo das despesas mensais dos acessos contratados, sendo que essas despesas, necessariamente, deverão ser apresentadas de forma individual por acesso móvel habilitado e por fatura totalizadora, discriminando cada serviço individualmente.

14.2. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

14.2.1. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA.

	TERMO DE REFERÊNCIA		Nº:	TR-070/2022		
	GERÊNCIA:	GERÊNCIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO		FOLHA:	20	de 21
	TÍTULO:	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de telefonia móvel, no sistema pós-pago, contemplando o fornecimento de aparelhos em regime de Comodato.				

14.2.2. Atestar a execução do objeto por meio de gestor especificamente designado;

14.2.3. Efetuar os pagamentos devidos à **CONTRATADA**, nas condições e preços pactuados;

14.2.4. Notificar a **CONTRATADA**, fixando-lhe o prazo para corrigir erros, defeitos ou irregularidades encontradas no fornecimento dos materiais.

14.2.5. Notificar a **CONTRATADA**, as ocorrências de eventuais imperfeições no curso da prestação dos serviços, fixando prazo para a sua correção a aplicação de eventuais multas contratuais.

14.2.6. Acompanhar e fiscalizar a perfeita execução do **CONTRATO** por intermédio de empregados próprios designados para este fim.

14.2.7. Verificar se os serviços fornecidos pela **CONTRATADA**, estão dentro das especificações contratadas, rejeitando, no todo ou em parte, os que estão fora das especificações deste **CONTRATO**.

14.2.8. Comunicar à **CONTRATADA** toda e qualquer anormalidade constatada no fornecimento dos serviços contratados.

14.2.9. Emitir e encaminhar à **CONTRATADA** as Ordens de Fornecimento correspondentes.

15. GARANTIA CONTRATUAL

15.1. Após assinatura do Contrato, a vencedora desta licitação poderá, a critério da CONTRATANTE, recolher à CIGÁS garantia de execução de até 5% (cinco por cento) do valor do contrato, em uma das modalidades prevista no art. 70 da Lei nº 13.303/16.

16. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO:

16.1. A GESTÃO e FISCALIZAÇÃO, durante a execução do serviços, será exercida pela CIGÁS, através de seus representantes, de forma a fazer cumprir, rigorosamente, as condições deste Termo.

16.2. Durante a vigência deste contrato, a execução do serviço será acompanhada e fiscalizada pelo titular da **Gerência de Tecnologia da Informação** ou por representante da CIGÁS, devidamente designado para esse fim.

	TERMO DE REFERÊNCIA		Nº:	TR-070/2022		
	GERÊNCIA:	GERÊNCIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO		FOLHA:	21	de 21
	TÍTULO:	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de telefonia móvel, no sistema pós-pago, contemplando o fornecimento de aparelhos em regime de Comodato.				

17. RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO:

17.1. Declaro que este Termo de Referência está de acordo com a Lei n. 13.303 de 30 de junho de 2016 e alterações.

Manaus, 06 de outubro de 2023.

Marcelo Nogueira de Alencar
Gerente de Tecnologia da Informação

ANEXO III
MODELO DA PROPOSTA DE PREÇOS

Pela presente, submetemos à apreciação, a nossa proposta relativa a licitação em epígrafe, assumindo inteira responsabilidade por quaisquer erros ou omissões que venham a ser verificados na preparação da mesma e declaramos ainda que, temos pleno conhecimento das condições em que se desenvolverão os trabalhos e concordamos com a totalidade das instruções e critérios de qualificação definidos no edital e seus anexos.

Nome Fantasia:
CNPJ:
Razão Social:
Regime de Tributação:
Optante pelo Simples?
Insc. Municipal:
Insc. Estadual:
Endereço:
E-mail:
Telefone/Fax:
Representante:
RG:
PLANILHA DA PROPOSTA (ESPECIFICAÇÕES, QUANTITATIVOS E PREÇOS)

TARIFA DE TELEFONIA						
Nº.	SERVIÇO	UND	QTD MENSAL	VALOR UNIT.	VALOR MENSAL	VALOR BIANUAL
1	Assinatura fixa mensal por linha	unidade	120	R\$ --	QTD x VALOR UNIT.	VALOR MENSAL X 24.
2	Pacote de Dados (Franquia 30 GB)	Serviço	4	R\$ --	QTD x VALOR UNIT.	VALOR MENSAL X 24.
3	Pacote de Dados (Franquia 5 GB)	Serviço	116	R\$ --	QTD x VALOR UNIT.	VALOR MENSAL X 24.
4	Tarifa Zero – Intragrupo	Serviço	120	R\$ --	QTD x VALOR UNIT.	VALOR MENSAL X 24.
5	Gestor online + Gerenciador de Dispositivos (MDM)	Serviço	120	R\$ --	QTD x VALOR UNIT.	VALOR MENSAL X 24.
6	Pacote de ligações e envio de SMS ilimitados nacional	Serviço	120	R\$ --	QTD x VALOR UNIT.	VALOR MENSAL X 24.
					SOMATORIA DO VALOR MENSAL (R\$)	SOMATORIA DO VALOR BIANUAL (R\$)

VALOR TOTAL DA PROPOSTA: (colocar o valor numérico e por extenso).
VALIDADE DA PROPOSTA: Não inferior ao especificado no edital.

GARANTIA: O licitante declara que, nos valores apresentados acima, estão inclusos todos os tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamentos de pessoal, custos, demais despesas que possam incidir sobre a execução dos

serviços licitados, inclusive a margem de lucro e demais exigências especificadas no Edital e seus anexos.

MANAUS, XX DE XXXXXXXXXXXXXXXX DE 2024.

(Nome e Assinatura: Presidente, Diretor ou Assemblado da Empresa).

(FIRMA RECONHECIDA EM CARTÓRIO, atentando ao disposto na Lei nº 13.726/2018).

OBSERVAÇÕES:

1. Utilizar papel timbrado da Empresa com a indicação obrigatória do endereço eletrônico e número de telefone, visando auxiliar na comunicação do CPL com a proponente, sob pena de prejuízos do conhecimento dos atos administrativos promovidos durante a licitação;
2. A proposta deverá mencionar a Modalidade e o Número da Licitação (Pregão Eletrônico Nº XX/2023);